

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVOS HISTÓRICOS

O Direito à Autodeterminação

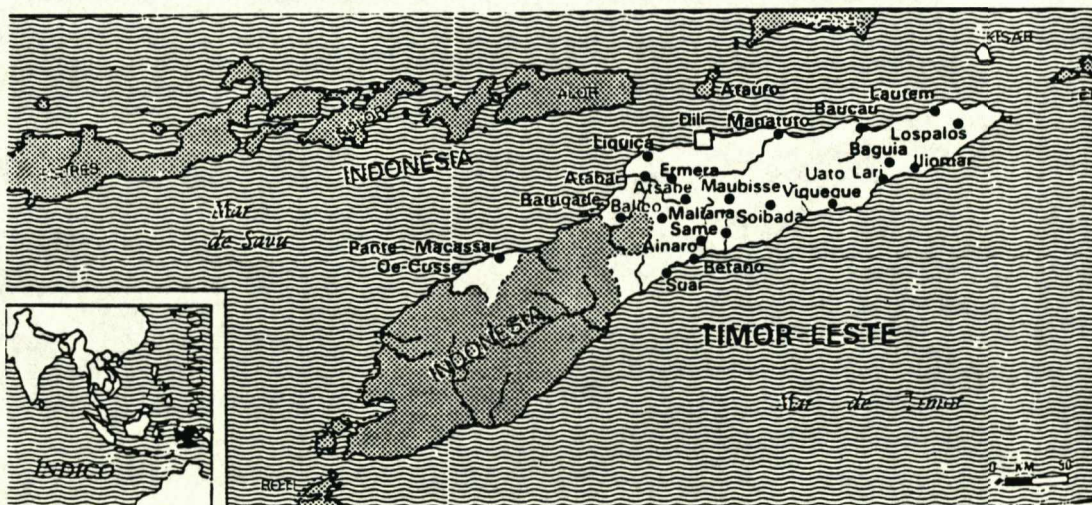
R T P

RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA, EP

DEPARTAMENTO DE ARQUIVOS E DOCUMENTAÇÃO
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVOS HISTÓRICOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

T I M O R - L E S T E

O DIREITO A AUTODETERMINAÇÃO



CRONOLOGIA

7 Janeiro 1991 - 11 Março 1992

Por: MARIA MADALENA GONÇALVES DA COSTA

LISBOA, ABRIL 1992

T I M O R - L E S T E
O DIREITO A AUTODETERMINAÇÃO

INDICE

Introdução Histórica.....	pg. 3
Antes do Massacre.....	pg. 6
Depois do Massacre.....	pg.27
Anexos:	
- Cronologia das Conversações entre Lisboa e Jacarta, relativas à visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste.....	pg.56
- Versão Portuguesa do "Non Paper" Proposto para Fixação dos Termos da Visita Parlamentar.....	pg.60
- Proposta de Resolução Apresentada pelos Doze na Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra.....	pg.64
- Declaração de Genebra.....	pg.67
- Resoluções da ONU Condenando Ocupação de Timor pela Indonésia.....	pg.69
- Cronologia do Diálogo entre Portugal e Indonésia....	pg.71
- Assistência Militar Norte-Americana à Indonésia.....	pg.74
- "Lobbies" Indonésios silenciam Genocídio de Timor-Leste.....	pg.75
- Dito Protagonistas.....	pg.76
- Massacre de 12 de Novembro em Díli, Testemunhas Oculares.....	pg.78
- Declaração do Governo sobre Missão Paz em Timor.....	pg.79
- Empresas da CEE e dos EUA na corrida ao Petróleo de Timor.....	pg.81

INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Em 1859, Portugal assina um tratado com a Holanda, fixando a fronteira entre o Timor holandês e o Timor português, ficando o primeiro integrado na antiga colônia holandesa das Índias Orientais.

Em 1945, as Índias Orientais holandesas tornam-se independentes passando a denominar-se República da Indonésia.

Entre 1945 e Junho de 1974, o Governo Indonésio afirma que não tem quaisquer reivindicações territoriais sobre Timor Oriental.

Em 1960, a ONU considera Timor-Leste como território não-autônomo sob administração portuguesa [Resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960].

Entre 1962 e 1973, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova sucessivas resoluções reconhecendo o direito à autodeterminação de Timor-Leste.

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas deruba o regime de Marcelo Caetano.

A 27 de Julho de 1974, Portugal reconhece formalmente o direito à autodeterminação e independência das suas colônias.

Em Novembro de 1974, chega a Timor o novo governador, Tenente-Coronel Lemos Pires, com a missão de dinamizar a descolonização nesse território.

A 6 de Setembro de 1974, o Presidente Suharto da Indonésia reúne-se com o Primeiro Ministro australiano Gough Whitlam. No decurso dessa reunião a Austrália dá o seu apoio à integração de Timor-Leste na Indonésia e, a partir daí, esta começa a desestabilizar o território com vista à anexação.

A 7 de Dezembro de 1975, tropas indonésias invadem Timor-Leste.

A 12 de Novembro de 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova uma resolução em que "deplora profundamente a intervenção militar das forças armadas indonésias, em Timor-Português", (...) e "exorta o Governo da Indonésia a que (...) retire, sem demora, as suas forças armadas do território, a fim de o povo timorense poder exercer livremente o seu direito à autodeterminação e independência".

A 22 de Dezembro de 1975, o Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade uma resolução em que exige respeito pela integridade do território de Timor-Leste e pelo direito

à sua autodeterminação e independência, pedindo a retirada imediata das forças indonésias.

A **22 de Abril de 1976**, o Conselho de Segurança da ONU aprova outra resolução por 12 votos a favor, nenhum contra e com 2 abstenções - Japão e Estados Unidos - mantendo o texto da resolução anterior.

A **17 de Julho de 1976**, o Presidente da República da Indonésia promulga o decreto de integração de Timor-Leste como 27ª Província da Indonésia.

A **1 de Dezembro de 1976**, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova por larga maioria uma resolução em que reafirma os princípios das resoluções anteriores; deplora vivamente a recusa indonésia em cumprir as resoluções; rejeita a integração de Timor-Leste na Indonésia; insiste na retirada das tropas indonésias.

A Assembleia Geral da ONU aprova resoluções sobre Timor-Leste, lembrando o direito desse território à autodeterminação e independência, em **28 de Novembro de 1977**, **13 de Dezembro de 1978**, **21 de Novembro de 1979**, **11 de Novembro de 1980**, **24 de Novembro de 1981** e **23 de Novembro de 1982**.

Em **Fevereiro de 1983**, a Comissão dos Direitos Humanos da ONU reconhece o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste e condena as violações dos direitos humanos no território.

Além da ONU, há outras instâncias a não reconhecer a integração de Timor-Leste na Indonésia:

- O Movimento dos Não-Alinhados, apesar de a Indonésia ser um dos seus principais fundadores, defende o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste, sucessivas vezes e durante vários anos;

- A União Inter-Parlamentar (UIP), que reúne parlamentares de todo o mundo e das mais diversas correntes políticas, aprova diversas resoluções em que afirma o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência;

- A Assembleia Paritária ACP-CEE, uma espécie de parlamento multicontinental, reunida em Lisboa em **1 de Outubro de 1987**, aprova por unanimidade uma resolução em que "condena a ocupação ilegal e ilegítima de Timor-Leste pela Indonésia" e "reafirma o direito inalienável do povo" desse território "à autodeterminação e à independência";

- O Parlamento Europeu, mesmo antes da entrada de Portugal para a CE, aprova uma resolução em **23 de Maio de 1980**, em que proclama a necessidade urgente de uma investigação internacional sobre os efeitos da ocupação indonésia sobre a população de Timor-Leste; a partir de **Janeiro de 1986**, data da entrada de Portugal na CEE, são aprovadas no Parlamento Europeu numerosas resoluções;

- O Tribunal Permanente dos Povos, reunido em Lisboa a 19, 20 e 21 de **Junho de 1981**, condena "a penetração e a manutenção das tropas indonésias" em Timor-Leste e considera o Governo da Indonésia culpado de "um crime contra a paz internacional" e "de violação do Artigo 5 da Declaração Universal dos Direitos dos Povos".

Todas as resoluções e tomadas de posição das instâncias internacionais têm sido sistematicamente ignoradas pela Indonésia. Mas o povo de Timor-Leste, sujeito à brutalidade das forças ocupantes, continua a recusar a integração na Indonésia e a exigir que o seu direito à autodeterminação e independência seja respeitado.

Também Portugal, embora sem o apoio das grandes potências, mas não abdicando do dever que lhe cabe como Potência Administrante, tem tentado criar condições para que esse direito seja exercido.

A N T E S D O M A S S A C R E

7 Janeiro 1991 - 11 Novembro 1991

7 JANEIRO 1991

- Sebastião Aparício Guterres, dirigente da Juventude Democrática Timorense, afirma que qualquer solução para a questão timorense "passa necessariamente por Portugal, país que detém a soberania sobre Timor" e salienta que a eventual visita de parlamentares portugueses ao território pode ajudar a resolver a questão timorense desde que sejam respeitados "os ideais de autodeterminação e independência, com o regresso de Portugal para reassumir as suas responsabilidades de potência administrante".

22 JANEIRO 1991

- Ali Alatas, ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, anuncia que a visita de parlamentares portugueses a Timor-Leste foi adiada para o final deste ano, acrescentando que Lisboa não respondeu ao convite das autoridades indonésias.

4 FEVEREIRO 1991

- Portugal volta a denunciar em Genebra, perante a Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, a situação em Timor-Leste, estabelecendo um paralelo entre as invasões e ocupações da antiga colónia portuguesa, pela Indonésia, e do Koweit pelo Iraque.

O embaixador Roma de Albuquerque sublinha que não deve ser feita "uma aplicação selectiva dos princípios, utilizando dois pesos e duas medidas". Usando do direito de resposta, o seu homólogo indonésio afirma: "O representante de Portugal estabeleceu uma analogia entre Timor-Leste e a situação no Golfo que é absurda e errónea. (...) A questão de Timor-Leste é a de um território não autónomo em processo de descolonização". Este lapso é de imediato aproveitado pelo embaixador Roma de Albuquerque que sublinha que a delegação indonésia está de acordo com a ONU, ao reconhecer que Timor-Leste é um território não autónomo em processo de descolonização.

9 FEVEREIRO 1991

- A Austrália e a Indonésia assinam um acordo com vista à exploração das jazidas de petróleo e de gás natural do mar de Timor-Leste ("Timor-Gap").

10 FEVEREIRO 1991

- No decurso de uma visita à Indonésia, o ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Gareth Evans, afirma que a zona oriental da ilha de Timor "era, de facto, uma colónia abandonada".

11 FEVEREIRO 1991

- O embaixador de Portugal em Camberra, José Luís Gomes, entrega no Ministério dos Negócios Estrangeiros australiano um protesto contra a assinatura do Timor-Gap, acusando a Austrália de violar o Direito Internacional e ignorar a condição de Portugal como potência administrante de Timor.

12 FEVEREIRO 1991

- O Governo australiano considera "totalmente legal" o tratado petrolífero recentemente firmado com Jacarta.

13 FEVEREIRO 1991

- Referindo-se às recentes declarações de Gareth Evans, Cavaco Silva acusa a Austrália de "hipocrisia".

20 FEVEREIRO 1991

- O dirigente da Fretilin, José Ramos-Horta, desaconselha o recurso precipitado de Portugal ao Tribunal de Haia e declara que o Governo deve estudar novas opções políticas face ao fracasso das negociações sobre Timor-Leste, patrocinadas pelo secretário-geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar.

22 FEVEREIRO 1991

- Baltazar Moita, embaixador de Portugal em Haia, entrega uma queixa contra a Austrália no Tribunal Internacional de Justiça de Haia.

23 FEVEREIRO 1991

- O governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, nomeado pela Indonésia há nove anos, em entrevista telefónica ao programa «Já agora», uma co-produção da Rádio Renascença e da agência Lusa, considera que a visita dos deputados portugueses "seria motivo para confrontações físicas entre gru-

pos". Declara ainda que a integração do território é "um facto consumado" e que "nada se resolverá com as posições antagónicas de Portugal e da Indonésia".

24 FEVEREIRO 1991

- O primeiro-ministro australiano, Bob Hawke, declara que Portugal não tem bases que sustentem o processo contra a Austrália e a Indonésia no Tribunal Internacional de Justiça: "Não há bases na lei internacional para esta acção, e nós estamos confiantes do nosso sucesso".

25 FEVEREIRO 1991

- Em conversa telefónica, Mário Carrascalão assegura ao jornal EXPRESSO que "este ano não foram efectuadas detenções em todo o território". Por seu lado, a presidência da Comunidade Europeia perante a Comissão dos Direitos do Homem (CDH), reunida em Genebra, mostra-se "gravemente" preocupada "com a situação dos direitos humanos em Timor Oriental".

1 MARÇO 1991

- Em consequência da queixa que Portugal apresentou em Haia contra a Austrália, o Japão aconselha as empresas do seu país a absterem-se de qualquer envolvimento na exploração petrolífera no mar de Timor.

23 MARÇO 1991

- D. Ximenes Belo, administrador apostólico de Díli, ao ser entrevistado no programa "Já Agora", da Rádio Renascença, propõe a constituição de uma associação de amizade entre Portugal e Timor.

25 MARÇO 1991

- Uma delegação do movimento internacional "Parlamentares para Timor-Leste", liderada por "lord" Averbury e formada por deputados de Portugal, do Reino Unido, da Austrália e da Holanda, reúne-se em Nova Iorque com o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, com vista a uma clarificação do mandato que as Nações Unidas lhe atribuíram em 1982 para a resolução do problema de Timor. Em relação a esse mandato, "lord" Averbury considera que "é preciso consultar a população timorense". Durante o encontro é também afluída a questão da visita de parlamentares portugueses a Timor-Leste.

- A deputada Teresa Santa Clara Gomes declara ao PÚBLICO que Cuellar manifestou o interesse de que a visita se realize com a maior brevidade possível fazendo, no entanto, notar que a data deverá ser marcada pelo Parlamento português.

- Segundo fontes parlamentares portuguesas, o secretário-geral da ONU condena a Indonésia e sustenta o direito do povo timorense à autodeterminação e à independência. Declara ainda que se deve continuar a fazer pressão para que se efectue a visita de deputados portugueses a Timor-Leste.

3 ABRIL 1991

- Em entrevista à Rádio Press, o governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, defende a integração do território na Indonésia.

12 ABRIL 1991

- O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, reúne-se com a comissão parlamentar eventual para Timor-Leste.

Durante essa reunião o deputado socialista Eduardo Pereira apresenta, em nome do seu partido, uma proposta que visa desbloquear o impasse nas negociações para a visita de deputados portugueses ao território de Timor-Leste. Nela defende que Portugal deverá transigir relativamente à passagem dos parlamentares pela capital indonésia, desde que Jacarta respeite as outras condições exigidas pela Assembleia da República.

- O presidente da comissão eventual, António Sousa Lara, diz que já recebeu resposta escrita do movimento de resistência timorense Fretilin, confirmando o apoio a uma eventual visita dos deputados.

15 ABRIL 1991

- Segunda-feira à noite, em directo de Díli, Mário Carrascalão declara ao Canal 2 da RTP (programa "Falar Claro") que a Indonésia nunca aceitará um referendo em Timor e reafirma a sua oposição à deslocação de uma delegação portuguesa a Timor-Leste.

24 ABRIL 1991

- Numa conferência de imprensa convocada por dois grupos de solidariedade, a Comissão para os Direitos do Povo

Maubere e A Paz é Possível em Timor-Leste, é divulgado em Lisboa um documento classificado como "top-secret" que denuncia as actividades da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste, RENETIL. Este documento pormenoriza moradas e locais de reunião e aconselha três medidas de segurança: continuar a detectar as actividades da RENETIL, investigar os contactos com estrangeiros, jornalistas e turistas e evitar que os elementos da Impettu, organização de jovens timorenses criada e controlada por Jacarta, se deixe influenciar pelos nacionalistas.

25 ABRIL 1991

- É reclamado no Conselho da Europa um embargo de armas à Indonésia.

26 ABRIL 1991

- O bispo de Díli, D. Ximenes Belo, em entrevista telefónica à "Rádio Press" do Porto, defende a realização de um referendo em Timor Oriental e propõe uma mesa-redonda "onde estariam representadas as partes interessadas", nomeadamente "a Resistência, o Povo, a Igreja, Portugal e a Indonésia".

28 ABRIL 1991

- O governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, recusa qualquer hipótese de referendo e adianta que "o estatuto político de Timor-Leste não tem hipótese de qualquer reconsideração".

30 ABRIL 1991

- O presidente do Parlamento, Vitor Crespo, após uma curta audiência com Cavaco Silva, declara que o primeiro-ministro e a Assembleia da República estão inteiramente de acordo sobre a plataforma negocial encontrada, relativamente à visita de uma delegação parlamentar a Timor-Leste.

2 MAIO 1991

- Vitor Crespo, após encontrar-se com Mário Soares, declara que há "uma consonância global" entre os três órgãos de soberania sobre "o enquadramento e os princípios da visita" a Timor-Leste.

8 MAIO 1991

- Vitor Crespo, durante a sua habitual conferência semanal e aludindo à deslocação parlamentar a Timor-Leste, afirma que o Presidente da República se manifestou de acordo com o sentido geral e os objectivos da visita, mas que só poderia dar uma resposta concreta depois de ler e estudar o 'dossier' que traduz a plataforma negocial alcançada".

- Um alto responsável da Presidência da República declara acerca dessa deslocação: "O Presidente deu o seu acordo de princípio e a resposta definitiva compete à Assembleia da República".

9 MAIO 1991

- Organizadas pela Universidade do Porto iniciam-se hoje as III Jornadas de Timor a cuja sessão de abertura preside Mário Soares. A Santa Sé é mais uma vez censurada, sendo concretamente referido "o silêncio conivente com que o Vaticano e a sua diplomacia têm estado ao lado do ocupante, contra o martirizado povo timorense".

21 MAIO 1991

- Durante uma reunião dos líderes parlamentares com os membros da Comissão para Acompanhamento da Situação fica decidido que os deputados portugueses só aceitarão ir a Jacarta depois de 17 de Julho - data da anexação do território - e antes de 15 de Setembro - data em que começa em Portugal a campanha eleitoral para as legislativas. Os deputados pretendem ainda que as Nações Unidas fiscalizem as condições de "paz e segurança" antes, durante e depois da visita.

23 MAIO 1991

- Uma delegação chefiada pelo embaixador de Portugal junto da ONU, Fernando Reino, entrega em Nova Iorque, aos representantes indonésios, um documento com as condições finais em que uma missão da Assembleia da República aceita deslocar-se a Timor-Leste. [Ver texto em Anexo]

24 MAIO 1991

- O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, em declarações proferidas em Nova Deli, onde se encontra para participar nas cerimónias fúnebres de Rajiv Gandhi, admite que "a visita dos deputados portugueses a Timor-Leste poderá estar em perigo.

27 MAIO 1991

- A convite do Partido Socialista, chega a Lisboa Emília Gusmão, mulher do líder da resistência timorense, Xanana Gusmão, com a missão de "alertar o mundo para a situação dramática de Timor". Referindo-se à hipótese da deslocação de deputados portugueses a Timor, Emília Gusmão diz: "É possível e deve-se efectuar". Declara que quer a independência de Timor mas que antes Portugal deve voltar ao território, para "ensinar" os timorenses a governar. Afirma ainda que "Portugal abandonou Timor à sua sorte".

29 MAIO 1991

- O ministro dos Negócios Estrangeiros reúne-se com os líderes parlamentares e comunica-lhes que a última ronda de negociações sobre Timor-Leste foi mal sucedida. Adianta, no entanto, que vai haver uma nova ronda de contactos com Jacarta "a curto prazo".

30 MAIO 1991

- Chegam a Lisboa dois futebolistas timorenses que, integrando uma equipa de futebol indonésia que esteve na Austrália, recorreram à Embaixada portuguesa em Canberra onde obtiveram o passaporte e o repatriamento.

31 MAIO 1991

- Os serviços secretos militares indonésios (Intel) invadem a casa dos pais de Xanana Gusmão numa tentativa de localização do líder da resistência armada de Timor-Leste.

11 JUNHO 1991

- Na reunião dos líderes parlamentares com o ministro dos Negócios Estrangeiros volta a ser abordada a eventual deslocação de deputados a Timor-Leste.

13 JUNHO 1991

- Uma missão parlamentar japonesa, chefiada por Satsuki Eda, presidente do Partido Democrático Social Unido, pretende deslocar-se a Timor-Leste em Julho, estando a efectuar contactos com o ministério dos Negócios Estrangeiros japoneses e com a Embaixada Indonésia no Japão.

18 JUNHO 1991

- António Sousa Lara, presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, afirma não ter sido "informado pelas vias institucionais" sobre a possível realização em Agosto da visita parlamentar a Timor, nem sobre as diligências de Perez de Cuellar em relação a essa mesma visita.

19 JUNHO 1991

- Mari Alkatiri, secretário da Delegação Externa da Fretilin, que se encontra sediada em Maputo, confirma ao DIÁRIO DE NOTÍCIAS ser do seu conhecimento que uma solução de compromisso visa concretizar a visita em Agosto. Alkatiri diz ainda que nas duas últimas semanas os indonésios intensificaram o controlo da população timorense.

- Em entrevista ao EXPRESSO, Mário Carrascalão revela que está a escrever uma carta-aberta ao povo português "para esclarecer a verdadeira situação que se vive no território". Durante a entrevista acusa o Governo português de ter "abandonado" aquela antiga colónia.

27 JUNHO 1991

- São acordados em Nova Iorque, entre Portugal e a Indonésia, os termos de referência da visita de uma delegação parlamentar a Timor-Leste. O embaixador português Fernando Reino e o diplomata indonésio Nana Sustrena conseguem ultrapassar "questões pendentes". O acordo alcançado, "será transmitido, para aprovação, às autoridades competentes dos dois países.":

- os diplomatas deslocam-se sem "vistos" nos passaportes, exigência feita por Portugal, por não reconhecer Timor-Leste como parte integrante da Indonésia;
- os treze deputados fazem-se acompanhar por um "staff" de dez pessoas, incluindo timorenses, que servirão de guias;
- o itinerário é escolhido pela Assembleia da República;
- são suspensas as hostilidades durante e após a visita.

28 JUNHO 1991

- O ministro dos Negócios Estrangeiros anuncia que vai ser enviada brevemente uma missão a Timor-Leste, para preparar a visita da delegação da Assembleia da República ao território, objectivo que deverá ser concretizado em meados

de Agosto. Esta missão vai fazer o reconhecimento prévio do percurso que a delegação parlamentar irá efectuar posteriormente em Timor-Leste, assegurando, simultaneamente, contactos com diversas personalidades e instituições que os deputados pretendem auscultar durante a deslocação. Esta missão será constituída por representantes de Portugal e da Indonésia na ONU, ficando a sua liderança a cargo das Nações Unidas.

- D. Ximenes Belo, referindo-se à visita dos deputados, declara ao Expresso: "Estou mais apreensivo do que contente, pois sei por experiência quais as consequências que vamos sofrer. Vai haver um banho de sangue, provocado pelos ânimos exaltados de manifestantes e contramanifestantes". O prelado declara ainda que somente receberá os parlamentares na qualidade de "representante da Igreja".

10 JULHO 1991

- Vitor Crespo comunica ao Governo a posição da AR face ao acordo de princípio Portugal/Indonésia, alcançado em Nova Iorque em 27 de Junho. A posição da AR não é divulgada e os líderes parlamentares, chamados um a um ao gabinete de Vitor Crespo, comprometem-se a guardar sigilo absoluto sobre o teor do encontro.

11 JULHO 1991

- O ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, em entrevista publicada pela "Far Eastern Economic Review" afirma que os portugueses não sabem o que querem relativamente à visita de deputados seus a Timor-Leste. E acrescenta que a Indonésia aceitou um pacote negocial apresentado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, ao qual os portugueses posteriormente pretenderam adicionar uma declaração interpretativa, negando completamente o memorando." O presidente da Assembleia da República, Vitor Crespo, recusa-se a comentar estas declarações do MNE indonésio.

15 JULHO 1991

- Um casal de professores ingleses que visitou Timor-Leste entre 21 de Junho e 5 de Julho, afirma à agência Lusa que a população de Timor-Leste está na disposição de sair para as ruas e manifestar-se, caso não se concretize a curto prazo a anunciada visita dos parlamentares portugueses ao território. Acrescentam ainda que "depois de tantos anos de ocupação as pessoas estão fartas dos indonésios, dos seus actos de corrupção, da sua arbitrariedade, e querem livrar-se deles de qualquer maneira".

16 JULHO 1991

- O vice-presidente do Parlamento Europeu, António Capucho, propõe que a Comunidade Económica Europeia e os Estados membros suspendam a cooperação e a venda de armas à Indonésia, até terminar a ocupação de Timor-Leste, sendo este apelo incluído no relatório sobre a situação no Sudeste Asiático, que será votado no Parlamento Europeu na sessão plenária de Setembro.

18 JULHO 1991

- É aberta uma conta bancária pública na Caixa Geral de Depósitos em nome da mulher de Xanana, Emília Gusmão, o que vai permitir à guerrilha maior facilidade na compra de armamento, medicamentos e material didáctico.

19 JULHO 1991

- O encarregado de negócios da missão de Portugal junto da ONU, Costa Pereira, entrega no gabinete de Perez de Cuellar, em Nova Iorque, uma carta com a posição definitiva do governo português sobre os termos de referência da visita de uma delegação parlamentar a Timor-Leste.

20 JULHO 1991

- Portugal entrega ao secretário-geral das Nações Unidas a declaração de aceitação dos termos de referência acordados sobre a visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste.

22 JULHO 1991

- As forças militares, policiais e paramilitares recebem ordens no sentido de revistarem semanalmente as casas da população de Díli e de exigirem a apresentação do bilhete de identidade às pessoas que encontrarem na rua.

29 JULHO 1991

- Fernando Lopes da Cruz, conselheiro de Suharto, afirma ao EXPRESSO que os dirigentes portugueses deverão apenas deslocar-se a Díli "se forem como observadores", para "ver a realidade: Timor como a 27ª província da Indonésia".

1 AGOSTO 1991

- Mário Carrascalão declara ao EXPRESSO que, em sua opinião, caso se concretize a visita dos parlamentares portugueses, as facções contra e a favor da presença dos parlamentares "irão de novo para uma guerra civil".

- A Indonésia entrega ao secretário-geral da ONU uma declaração de aceitação dos termos de referência acordados sobre a visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste.

4 AGOSTO 1991

- A assembleia mundial da Juventude Escolar Católica Internacional (JECI) e do Movimento Internacional de Estudantes Católicos (MIEC), reunida em Hong Kong, vota favoravelmente e por unanimidade uma moção que reivindica o fim da venda de armas à Indonésia, o cessar-fogo imediato e a abertura de negociações. A moção deverá ser enviada ao secretário-geral e à sub-Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, ao Vaticano, aos Presidentes de Portugal e da Indonésia e aos parlamentos destes dois países.

5 AGOSTO 1991

- Chega à Assembleia da República a notícia de que a Indonésia aceitou os termos de referência acordados sobre a visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste.

6 AGOSTO 1991

- Duas organizações de solidariedade para com o povo maubere denunciam a prossecução de mortes e detenções em Timor-Leste e consideram que a desarticulação entre Governo e Parlamento se torna "cada vez mais grave".

7 AGOSTO 1991

- Segundo um relatório da Amnistia Internacional, divulgado em Londres, as detenções as torturas e os maus tratos a opositores políticos multiplicam-se em Timor-Leste.

- A Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) e A Paz é Possível em Timor-Leste declaram numa conferência de imprensa que a desarticulação entre Governo e Parlamento se torna "cada vez mais grave" à medida que se aproxima a visita de uma delegação de deputados portugueses a Timor-Leste.

12 AGOSTO 1991

- Tem início, em Nova Iorque, uma reunião de representantes da Assembleia da República e do Governo português com entidades da Indonésia, com vista à concretização da visita de uma delegação parlamentar a Timor-Leste.

15 AGOSTO 1991

- Moçambique decide estabelecer relações diplomáticas com a Indonésia.

22 AGOSTO 1991

- Xanana Gusmão escreve ao comandante territorial indonésio, denunciando planos para semear a violência durante a visita dos deputados portugueses a Díli. Dirige-se também a Mário Carrascalão propondo-lhe um encontro que permita "impedir nova carnificina" em Timor-Leste. Xanana reafirma em ambas as cartas que "nem um só cabelo de um indonésio será tocado" e que será respeitada a propriedade individual dos "colaboracionistas do ocupante".

6 SETEMBRO 1991

- Em carta dirigida ao presidente da Assembleia da República Portuguesa, datada de 18 de Agosto, Xanana Gusmão solicita a intervenção de Vitor Crespo junto do secretário-geral da ONU, pretendendo que os "capacetes azuis" permaneçam no território, mesmo depois do regresso dos deputados portugueses, "com a missão de fazer respeitar um cessar-fogo até à solução do caso".

9 SETEMBRO 1991

- Numa tentativa de impedir qualquer contacto dos timorenses com a delegação parlamentar portuguesa, quando esta se deslocar a Timor-Leste, as autoridades de Jacarta reúnem em Díli vários timorenses que colaboram com a administração indonésia e intimam-nos a evitar qualquer contacto com os deputados bem como a transmitir esta advertência a toda a população. É também ordenado que em todas as casas de Timor seja hasteada uma bandeira indonésia.

- Representantes de Portugal e da Indonésia voltam a discutir na sede da ONU, em Nova Iorque, os "aspectos práticos" que é preciso resolver antes da anunciada visita de uma delegação parlamentar a Timor-Leste.

11 SETEMBRO 1991

- O deputado britânico ao Parlamento Europeu, Derek Prag, considera "intolerável que a Indonésia continue a desrespeitar flagrantemente as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Timor-Leste". Na conclusão do seu relatório solicita à CEE e aos Estados membros que suspendam a cooperação e a venda de armas à Indonésia, enquanto não forem cumpridas as resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre Timor-Leste.

16 SETEMBRO 1991

- José Ramos-Horta entrega na Presidência da República e no MNE as credenciais em que Xanana Gusmão o nomeia representante do CNRM (o órgão máximo da luta timorense) "em todas as questões de âmbito diplomático junto de governos, parlamentos, da ONU e de todas as instituições internacionais". Na sua qualidade de porta-voz do CNRM, Horta defende que, se a visita parlamentar a Timor se atrasar, a mediação do caso deve passar da ONU para a CEE.

18 SETEMBRO 1991

- O ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros declara esperar que a visita de uma delegação internacional, integrada por deputados portugueses, seja o reconhecimento da anexação do território.

- Sousa Lara, presidente da comissão parlamentar para Timor-Leste, comentando as declarações do ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, afirma que, caso se mantenha esta posição do Estado indonésio, a visita será cancelada.

- Reúnem-se no Palácio de Cristal, em Nova Iorque, as delegações de Portugal e da Indonésia. A Indonésia propõe a data de 28 de Outubro para a visita de deputados portugueses a Timor-Leste e 27 de Setembro para a visita da missão exploratória da ONU, destinada a preparar o terreno aos deputados visitantes.

20 SETEMBRO 1991

- Os negociadores indonésios propõem o dia 9 de Novembro como nova data para a visita dos deputados portugueses a Timor-Leste.

23 SETEMBRO 1991

- A Assembleia da República recusa a nova data proposta

para a visita da missão da ONU porque nessa altura a época das chuvas já terá começado, o que dificultará o acesso a boa parte do território.

27 SETEMBRO 1991

- A deslocação dos representantes das Nações Unidas a Timor-Leste, prevista para hoje, é adiada pelo menos por dois dias, por motivos não divulgados.

30 SETEMBRO 1991

Chega à Indonésia a missão preparatória da ONU.

2 OUTUBRO 1991

- O presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento do caso de Timor-Leste, Sousa Lara, anuncia na Assembleia da República que está marcado para o próximo dia 3 de Novembro o início da visita de uma delegação parlamentar ao território.

8 OUTUBRO 1991

- O ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, propõe a data de 24 de Outubro para início da visita da delegação parlamentar portuguesa.

9 OUTUBRO 1991

- Chega a Lisboa o assessor diplomático da Assembleia da República, Moreira de Andrade, no regresso da viagem a Timor-Leste.

- A Comissão Eventual de Acompanhamento do Caso Timor-Leste pede esclarecimentos, por escrito, ao presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo, sobre o processo de preparação da visita dos deputados ao território. Segundo Sousa Lara, a Comissão não só desconhece quais os jornais nacionais e estrangeiros que farão a cobertura da visita, como até ignora os nomes dos membros que integrarão a delegação parlamentar.

11 OUTUBRO 1991

- O presidente da Assembleia da República, após uma reunião de líderes parlamentares, revela publicamente que a delegação parlamentar portuguesa partirá a 4 de Novembro

para uma visita de 12 dias a Timor-Leste.

- Moreira de Andrade, assessor diplomático de Vítor Crespo, acabado de chegar de Timor-Leste onde se deslocou em representação da Assembleia da República, integrando a missão exploratória da ONU ao território timorense para verificar as condições logísticas da visita, informa os deputados das impressões recolhidas. Desse testemunho todos concluem que a viagem "não vai ser um passeio agradável".

15 OUTUBRO 1991

- Ângelo Correia (PSD) é indicado para presidir à missão parlamentar portuguesa composta por 13 deputados: António Maria Pereira, Sousa Lara, Lemos Damião, Jorge Paulo e Luís Geraldês (PSD); Eduardo Pereira, Carlos Candal, José Lello e Raúl Brito (PS); Miguel Urbano Rodrigues (PCP); Narana Coissoró (CDS); e André Martins (Os Verdes).

- A delegação, integrada por sete técnicos, seis tradutores e dez jornalistas, sairá de Lisboa com destino a Singapura. De lá, e já na companhia dos representantes da ONU, partirá para Dili, em avião fretado, com paragem em Jacarta, onde Ângelo Correia e Moreira de Andrade serão recebidos pelo presidente do Parlamento indonésio.

- Integrarão a delegação, em representação da Comunicação Social: a RTP, a Rádio Renascença, a RDP, o "Expresso", o "DN", o "Público", o "JN", a Agência Lusa, o Canal 4 da televisão australiana, o "Sunday Times" britânico, a France Presse, a "Newsweek" e o "Washington Post".

- Ao contrário do que foi exigido pelo parlamento, durante as negociações com a Indonésia, o avião fretado que vai transportar a delegação parlamentar a Timor-Leste regressará a Singapura. Os deputados também não irão dispor da avioneta de seis lugares que havia sido pedida para ligações autónomas no interior do território. A transmissão de imagens da visita para o exterior, ao contrário do que Portugal pretendia, vai ser feita através dos serviços indonésios de telecomunicações.

16 OUTUBRO 1991

- A delegação parlamentar portuguesa fará escala em Bangucoque, onde poderá beneficiar do apoio da Embaixada de Portugal, e não em Singapura, como inicialmente estava previsto.

17 OUTUBRO 1991

- Abílio Araújo entrega em Belém e nas Necessidades um plano para 15 anos, tendo em vista a criação de "um clima de paz e de liberdade, imprescindíveis para uma genuína auto-determinação".

- Em entrevista à TSF, o padre timorense Francisco Fernandes, a residir em Macau, diz que a Indonésia se prepara para encerrar o espaço aéreo timorense a partir do dia 20.

- Por parte dos timorenses começa a esboçar-se um certo receio em relação à visita dos deputados portugueses: a repressão dos indonésios poderá abater-se sobre as populações mauberes após a viagem.

- Na sede da ONU em Nova Iorque prossegue a reunião em que representantes portugueses e indonésios procedem ao acerto dos últimos pormenores técnicos da visita dos deputados.

18 OUTUBRO 1991

- Prosseguem as detenções e a transferência de estudantes e funcionários governamentais timorenses para a Indonésia.

21 OUTUBRO 1991

- Em entrevista à TSF, D. Ximenes Belo afirma ser preferível não se fazer a visita: "É melhor que não venham". O bispo teme o aumento de perseguições e um novo holocausto.

- Os membros da delegação parlamentar entram em regime de reunião permanente, reapreciando todos os pormenores da viagem.

- A Indonésia informa os negociadores portugueses em Nova-Iorque de que veta o nome de três jornalistas incluídos na missão portuguesa: Mário Robalo, do EXPRESSO; Rui Araújo, da RTP; e Jill Jolliffe, "free lancer" australiana há muitos anos residente em Portugal. Os três jornalistas têm em comum terem estado já no território, bem como o relato de acontecimentos que põem em causa a imagem da Indonésia. Este veto viola os termos de referência da visita, aceites pelas autoridades dos dois países.

- O presidente da AR corta uma verba destinada à realização de um encontro internacional de juristas sobre Timor-Leste.

22 OUTUBRO 1991

- Vitor Crespo, após contactar o Governo e o Presidente da República, reúne a conferência de líderes parlamentares e, no final, divulga a posição de Portugal sobre o veto indonésio aos jornalistas: está fora de causa ceder, a Indonésia terá de retirar o veto - ou vão todos os jornalistas, ou não vai nenhum deputado.

- Perante as posições irredutíveis de Lisboa e Jacarta em relação à inclusão dos três jornalistas na delegação parlamentar, o gabinete do secretário-geral da ONU decide adiar a reunião prevista para hoje.

- Vitor Crespo, aludindo à sua decisão de cortar a verba destinada a uma conferência internacional sobre Timor-Leste, declara que a verba será disponibilizada depois da visita.

24 OUTUBRO 1991

- A Indonésia deixa de se opor à inclusão dos jornalistas Mário Robalo e Rui Araújo na delegação parlamentar portuguesa que se prepara para visitar Timor-Leste. Mantém, no entanto, o seu veto em relação à jornalista australiana Jill Jolliffe.

25 OUTUBRO 1991

- Os líderes de três partidos timorenses que apoiaram a invasão pela Indonésia juntam as suas vozes à de D. Ximenes Belo, exigindo a presença da ONU em Timor-Leste para evitar represálias sobre a população.

- Perante a ausência de uma resposta da Indonésia sobre o veto à jornalista Jill Jolliffe, em Lisboa admite-se a hipótese de anulação da visita.

26 OUTUBRO 1991

- Vitor Crespo, após uma conferência de líderes parlamentares, anuncia que a visita parlamentar a Timor-Leste fica suspensa até que a Indonésia retire o veto à integração da jornalista Jill Jolliffe na delegação portuguesa.

27 OUTUBRO 1991

- O ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros acusa Portugal de ter violado o acordo assinado com o seu país,

antecipando-se assim à anunciada ofensiva diplomática de Portugal para esclarecer a comunidade internacional sobre as responsabilidades indonésias no cancelamento da visita de parlamentares portugueses a Timor-Leste. Alatas sustenta a legitimidade do veto, dizendo que era reconhecido aos dois países o direito de recusar os jornalistas que não interessassem a cada uma das partes. E, ao falar perante a imprensa estrangeira acreditada na capital indonésia, considera "incompreensível" o cancelamento da viagem.

- Sobre o mesmo assunto, o ministro português dos Negócios Estrangeiros declara que a posição de Jacarta só teria sido admissível numa fase anterior.

- O porta-voz do Conselho Nacional da Resistência Maubere, José Ramos-Horta, diz que o cancelamento da visita, bem como o recrudesimento da violência em Timor, "exigem uma tomada de posição imediata" da parte de Portugal, alertando a comunidade internacional para a gravidade da situação.

28 OUTUBRO 1991

- Militares indonésios atacam a Igreja de Motael, em Díli, onde se encontram refugiadas mais de três dezenas de pessoas.

Segundo a versão indonésia, o incidente teve origem em desacatos provocados por um grupo de jovens, o que teria levado a polícia indonésia a efectuar detenções e, posteriormente, a reprimir manifestantes que protestavam contra essas detenções.

Segundo a versão da União Democrática Timorense (UDT), "arrombadas as portas [da igreja de Motaell], os indonésios dispararam a torto e a direito" sobre vários jovens nacionalistas timorenses que aí se tinham refugiado.

- O telefone de D.Ximenes Belo deixa de funcionar.

29 OUTUBRO 1991

- A delegação australiana da Amnistia Internacional solicita às autoridades de Jacarta e Camberra informações detalhadas sobre os incidentes de Motael, por considerar que as informações recolhidas põem em causa a versão indonésia.

- Em declarações ao PÚBLICO, o presidente da Assembleia da República admite que os rumores sobre uma alegada intenção de Xanana Gusmão se entregar, com as armas, aos deputados portugueses e aos representantes da ONU, tiveram peso

na decisão de suspensão da visita da delegação parlamentar a Timor-Leste.

30 OUTUBRO 1991

- Em Jacarta, os militares acusam a Igreja de ligações com a Fretilin.

- Em carta enviada ao presidente da Conferência Episcopal da Indonésia, D. Ximenes Belo recusa-se a participar na reunião anual, em protesto contra os incidentes na igreja de Motael, em Díli.

31 OUTUBRO 1991

- Três cineastas australianos, impressionados com o que viram em Timor, escrevem ao embaixador de Portugal em Camberra, afirmando que "as consequências do cancelamento da visita serão absolutamente devastadoras para o povo timorense". Na carta descrevem com pormenor o ambiente de intimidação por eles testemunhado em Díli, Baucau e Maubisse.

- Ramos Horta, porta-voz da resistência timorense, nega categoricamente que Xanana Gusmão tivesse alguma vez pensado em entregar-se aos deputados portugueses e declara que este está "decepcionado" e "um pouco confuso" em relação aos motivos que levaram Portugal a suspender a visita da delegação parlamentar portuguesa.

8 NOVEMBRO 1991

- Chegam notícias desencontradas sobre a situação em Timor-Leste, em consequência dos difíceis contactos telefónicos com o território.

- O ambiente que se vive em Díli é tenso e D. Ximenes Belo continua incontactável.

9 NOVEMBRO 1991

- Cerca de uma centena de juristas, oriundos de vários países do mundo, reúnem-se em Lisboa com vista a estabelecer uma plataforma internacional de defesa dos direitos do povo timorense.

- Em Tóquio, um grupo de parlamentares apresenta ao ministro dos Negócios Estrangeiros uma carta sobre Timor-Leste. Na carta pedem ao ministro japonês que proponha ao Secretário-Geral da ONU o envio de observadores para Timor-Leste.

- Na Holanda, as "Juventudes Liberais" enviam ao presidente da Indonésia um fax com a assinatura de 30 organizações, para denunciar a ocupação ilegal de Timor-Leste.

- O Governo indonésio distribui um comunicado de quatro páginas em que acusa Portugal de "distorcer deliberadamente os factos" relacionados com o veto à jornalista australiana Jill Jolliffe. Considera ainda que o comportamento negocial de Lisboa "destruiu de forma efectiva a confiança mútua" e "abalou" a sua "credibilidade e sinceridade".

DEPOIS DO MASSACRE

12 de Novembro 1991 - 11 Março 1992

Entre 500 a 800 pessoas encontram-se dentro do cemitério. Os militares passam o portão, dividindo-se em pequenos grupos

Allan Nairn e Amy Goodman, os jornalistas norte-americanos que dias mais tarde relataram o massacre nas Nações Unidas, procuram abrigo junto ao muro do cemitério. São espancados e todo o seu material de gravação é destruído

Soldados descem de camiões, juntando-se em formação antes de avançarem sobre a multidão

Muro com três metros de altura

Steve Cox esconde-se com outros, entre eles Chris Wenner (o autor do vídeo que a RTP passou) na cripta da capela

Kamal Bamadhaj, o estudante neozelandês que acompanha os dois jornalistas norte-americanos, encontra-se na primeira linha de manifestantes. É dos primeiros a cair morto

Russel Anderson, jornalista de uma rádio australiana, que esta semana esteve em Estrasburgo, no Parlamento Europeu

Soldados expulsam a tiro as cerca de mil pessoas que se encontram em frente da única entrada do cemitério. Aqueles que escapam às primeiras rajadas procuram refúgio na zona residencial

O INDEPENDENTE,
22 Novembro 1991

Cemitério de Dili, 12 de Novembro de 1991. O balanço total do massacre, no início desta semana, é de 263 mortos, a maior parte jovens entre os seis e os 18 anos. Calcula-se em perto de 200 o número de timorenses que, neste momento, ainda se encontram presos, sofrendo interrogatórios sob tortura. Os números da tragédia de Dili incluem as vítimas transportadas em quatro camiões. No passado dia 15 de

Novembro, até Be-Musi, ali executadas e sepultadas em valas abertas, dias antes, por bulldozers. Durante o massacre no cemitério, numa residência próxima assaltada por militares indonésios, uma mulher era violada por soldados enquanto outros matavam os seus nove filhos. Nenhum deles tinha alguma coisa a ver com a manifestação do cemitério.

12 NOVEMBRO 1991

- Cerca das 8 horas da manhã, em Díli, militares indonésios dispararam indiscriminadamente sobre cerca de mil timorenses que, no cemitério de Santa Cruz, prestam homenagem à memória de Sebastião Gomes, o nacionalista morto durante o ataque à igreja de Motael. Imediatamente após o ataque, soldados indonésios recolhem os corpos dos timorenses mortos e transportam-nos em camiões para os arredores, onde os enterram em valas comuns.

- O massacre é testemunhado por Amy Goodman e Allan Nairn, dois jornalistas norte-americanos, que são espancados.

- O Paço Episcopal é cercado e D. Ximenes Belo é obrigado a entregar os timorenses que aí se haviam refugiado. Mais tarde, o bispo de Díli é impedido de realizar os funerais das vítimas do massacre.

- Entre os timorenses presos na sequência dos acontecimentos contam-se 26 estudantes presos em Bali e Jacarta.

- Forças militares cercam o hotel onde se encontra hospedado o relator para tortura enviado pela ONU, o holandês Pieter Koojmans, com o pretexto de o proteger de reacções "hostis" da população, revela uma fonte da Amnistia Internacional.

- As autoridades indonésias fecham o Externato de S. José por o considerarem "um foco de resistência". Este externato, propriedade da diocese de Díli, era a única escola que ainda ensinava a língua portuguesa aos timorenses.

13 NOVEMBRO 1991

- Amy Goodman e Allan Nairn, os dois jornalistas norte-americanos brutalmente agredidos durante o massacre de Díli, relatam à agência LUSA o ataque dos soldados indonésios: "Foi horrível, os soldados disparavam, as pessoas fugiam, mas eram abatidas pelas costas, e nós éramos espancados".

- As informações sobre o número de vítimas do massacre do dia 12 são contraditórias: segundo fontes timorenses, o número de mortos poderá ascender a 125; o comandante regional das Forças Armadas indonésias reconhece apenas a existência de 19 mortos e 91 feridos.

- Entre os mortos encontra-se Kamal Bamadhaj, de 20 anos de idade, estudante universitário em Sydney, que viajou para Timor com passaporte da Nova Zelândia. Kamal, vem mais tarde a saber-se, só não sobreviveu porque os soldados in-

donésios impediram que lhe fosse prestada assistência médica.

- O chefe do Estado-Maior do Exército indonésio, general Try Sutrisno, diz, em conferência de Imprensa:
 - que as forças de segurança tentaram, por meios persuasivos, dispersar os manifestantes;
 - que durante uma destas tentativas foi apunhalado o major Lantara, vice-comandante da Região Militar de Dili;
 - que só depois disto as tropas indonésias dispararam sobre a multidão.
- O Governo Português convoca o corpo diplomático em Lisboa e apela à Comunidade Internacional no sentido de uma investigação imparcial e completa ao massacre.
- Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, emite um curto comunicado declarando-se esperançado em que sejam tomadas medidas concretas.
- A presidência holandesa da CE condena a Indonésia.
- O Vaticano não emite qualquer comunicado. A Igreja portuguesa também não.
- A Cruz Vermelha Internacional fala de "violência extrema" e exige que lhe seja permitido o acesso a todos os detidos.
- O governo da Nova Zelândia declara-se chocado com os acontecimentos verificados em Timor-Leste.
- O primeiro-ministro australiano, Bob Hawke, condena a tragédia de Timor e o embaixador indonésio é chamado ao ministério dos Negócios Estrangeiros australiano.
- O representante da Indonésia na Grã-Bretanha é chamado ao ministério dos Negócios Estrangeiros britânico e são-lhe exigidas explicações.

14 NOVEMBRO 1991

- O governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, ameaça demitir-se na sequência dos acontecimentos, caso as autoridades de Jacarta não tomem "medidas drásticas" contra os autores dos massacres.
- O ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, que se encontra em Seul, Coreia do Sul, para participar numa reunião ministerial da Associação de Cooperação Económica da Ásia-Pacífico, reconhece a necessidade de um inquérito ao tiroteio de Santa Cruz.

- O Departamento de Estado dos EUA manifesta preocupação pelos "trágicos acontecimentos" de Timor e convoca o embaixador da Indonésia.

- A representação americana em Jacarta decide enviar uma equipa a Díli para fazer uma avaliação da situação.

- O Governo japonês convoca o embaixador indonésio em Tóquio para lhe pedir explicações sobre o massacre de Santa Cruz.

- O Governo espanhol "condena energeticamente" o massacre, exigindo que os responsáveis sejam entregues à justiça.

- A Conferência Episcopal portuguesa lamenta, em Fátima, os factos ocorridos em Timor-Leste, condenando a violência, reiterando o apoio ao bispo de Timor e sublinhando o direito dos timorenses à autodeterminação.

- Na Universidade Católica do Porto, os juristas participantes na Plataforma Internacional de Juristas por Timor, defendem o fornecimento de armas à resistência timorense.

15 NOVEMBRO 1991

- Cerca de 80 prisioneiros timorenses, na sua maioria jovens, são transportados em camiões militares para os subúrbios de Díli. Aí são fuzilados por soldados encapuçados e enterrados em valas comuns.

- As famílias timorenses têm receio de dizer que algum dos seus membros morreu, por temerem ser conotados com a Resistência.

- A Amnistia Internacional pede um inquérito.

- Chegam a Díli delegações dos EUA, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Austrália e Nova Zelândia, com o objectivo de investigarem o massacre de Santa Cruz.

- Em Braga, os juristas da Plataforma Internacional de Juristas por Timor reúnem-se com professores e estudantes da Universidade do Minho.

- O Papa lança um apelo a Jacarta para que recorra à sua cultura milenar no sentido de resolver as persistentes tensões e dar um novo impulso aos valores de humanismo e harmonia civil, mas não se pronuncia sobre o massacre.

16 NOVEMBRO 1991

- A Austrália propõe a Jacarta diálogo amigável com a Fretilin.

- Dois funcionários da embaixada do Japão e outros dois da embaixada norte-americana em Jacarta iniciam investigações em Dili.

- Renato Stefani e um padre português, também testemunha do massacre, declaram que houve cerca de 200 mortos e uma centena de feridos.

17 NOVEMBRO 1991

- Murdiono, secretário de Estado indonésio, declara aos jornalistas que foi nomeada uma comissão para investigar em que circunstâncias decorreu o massacre do cemitério de Santa Cruz. As investigações serão conduzidas por um juiz do Supremo Tribunal indonésio, coadjuvado por funcionários de vários ministérios e membros do Parlamento.

- De acordo com o representante da Fretilin na Austrália, Alfredo Ferreira, foram detidos e mortos dez timorenses que alegadamente assistiram ao massacre de 15 do corrente.

18 NOVEMBRO 1991

- Mário Soares, na televisão, manifesta-se profundamente emocionado e indignado com as imagens passadas pela RTP e pede ao Governo para decretar um dia de luto nacional.

- Cavaco Silva diz que espera dos EUA e da Igreja uma condenação mais enérgica.

- Portugal entrega no Tribunal Internacional de Justiça uma desenvolvida exposição sobre a queixa apresentada contra a Austrália, relativamente à exploração dos recursos petrolíferos no mar de Timor.

- O presidente do Parlamento Europeu, o espanhol Barón Crespo, condena em Estrasburgo o massacre de Timor-Leste.

- Eleva-se a 300 o número de mortos e desaparecidos desde o passado dia 12.

- A resistência timorense afirma que alunos do Externato de São José, com idades entre os sete e os dez anos foram levados pelo exército indonésio para local desconhecido.

19 NOVEMBRO 1991

- Escolas cumprem luto por Timor sem tópicos oficiais de debate.

- Mário Soares envia uma mensagem aos timorenses através da BBC.

- Elementos dos quatro grupos parlamentares constituídos no Parlamento Europeu chegam a acordo sobre um projecto de resolução comum, onde é manifestada a intenção de enviar uma delegação a Timor.

- Os sindicatos do Norte da Austrália boicotam o transporte e armazenamento de produtos provenientes ou destinados à Indonésia.

- O Canadá vai reconsiderar a ajuda financeira que tem prestado à Indonésia, em data a anunciar.

- O comandante militar indonésio, Try Sutrisno, promete esmagar os resistentes.

- Os delegados da Cruz Vermelha em Díli ainda não têm acesso aos feridos internados no Hospital Militar.

- São presos, em Jacarta, cerca de 70 estudantes timorenses que participavam numa manifestação de protesto contra o massacre do cemitério de Santa Cruz.

20 NOVEMBRO 1991

- O Senado dos EUA apela ao presidente Bush para que apoie a imediata introdução de uma resolução na ONU para a nomeação de um relator especial para Timor-Leste.

- O Parlamento Europeu põe em causa a cooperação CEE-Indonésia e exorta a comunidade internacional a impor um embargo à venda de armas àquele país.

- O Parlamento Holandês exige sanções contra o Governo indonésio.

- Em Lisboa, o MNE considera que a comissão indonésia de inquérito não reúne condições de credibilidade e imparcialidade.

- O bispo de Viseu, António Monteiro, critica o Papa.

- A Fretilin insiste na convocação do Conselho de Segurança da ONU.

22 NOVEMBRO 1991

- O Vaticano divulga uma declaração oficial onde se sublinha que os acontecimentos em Díli tocaram profundamente a Santa Sé.

- Cerca de uma dezena de companhias petrolíferas internacionais e australianas assinam contratos de exploração com a Australian and Indonesian Joint Authority, organização responsável pelo tratado de Timor-Gap.

- Em entrevista ao "PÚBLICO", Mário Carrascalão declara:

- que foi a Jacarta para dar a conhecer pessoalmente os seus pontos de vista, relativamente ao massacre do cemitério de Santa Cruz;
- que aceitou manter-se no cargo com a condição de as investigações sobre o massacre irem até às últimas consequências;
- que a família recebe ameaças de morte.

23 NOVEMBRO 1991

- Segundo Ramos Horta, as autoridades indonésias iniciam uma vaga de prisões contra estudantes residentes em Bali.

- O secretário-geral da União Democrática de Timor (UDT) revela que os timorenses feridos no massacre de Díli foram levados para a parte indonésia de Timor, não se sabendo se foram transferidos para hospitais ou prisões.

26 NOVEMBRO 1991

- O Conselho da Europa condena o massacre do cemitério de Santa Cruz e quer levar uma missão a Díli.

- Antes de Portugal, o embaixador de Vanuatu, pequeno país insular do Pacífico, leva protesto à ONU contra massacres em Timor.

- A Câmara dos Representantes dos EUA aprova por unanimidade uma resolução que condena a Indonésia.

27 NOVEMBRO

- Ministros dos 26 países membros do Conselho da Europa condenam Jacarta e pedem inquérito.

28 NOVEMBRO 1991

- Portugal faz a sua primeira intervenção na ONU sobre Timor e acusa a Indonésia de ter premeditado o massacre.
- As tropas do massacre vão ser retiradas de Díli.
- João Paulo II nomeia um novo núncio apostólico em Jacarta.

29 NOVEMBRO 1991

- O Conselho Australiano dos Sindicatos (ACTU) elabora, em reunião considerada histórica, uma agenda de trabalho visando pressionar Canberra e Jacarta a solucionar o problema de Timor, tendo já anunciado boicotes a nível nacional. Relativamente à decisão indonésia de iniciar um inquérito, o Conselho afirmou ser necessário o envolvimento da ONU e do seu Comité dos Direitos Humanos para assegurar um inquérito independente sob os auspícios do secretário-geral.

- Mário Soares reúne com Barbosa de Melo, João de Deus Pinheiro, Jorge Sampaio, Alvaro Cunhal e Narana Coissoró e aprovam um plano de actuação para Timor-Leste.

30 NOVEMBRO 1991

- O Conselho de Segurança da ONU ainda não foi convocado para analisar a questão timorense porque existem divergências internas, diz Perez de Cuellar, que anuncia o envio de um emissário especial.

2 DEZEMBRO 1991

- É descoberta uma vala comum em Díli.
- Manifestações, marchas de paz e solidariedade e espectáculos para Timor continuam por todo o país.

3 DEZEMBRO 1991

- Os Governos da CE condenam pela primeira vez em conjunto a actuação da Indonésia em Timor-Leste e confirmam a decisão de reavaliar a cooperação com Jacarta.
- Os EUA não concordam com o isolamento da Indonésia.

4 DEZEMBRO 1991

- Os líderes da resistência timorense reúnem-se em Canberra com o Primeiro-Ministro e o MNE australiano e declaram que a reunião foi fútil e uma perda de tempo.

- O enviado especial da ONU adia visita à Indonésia por causa da situação política interna no Quênia.

5 DEZEMBRO 1991

- Em Paris, a Assembleia Parlamentar da União Europeia Ocidental (UEO) pede aos nove Estados membros da organização:

- 1 - o "embargo imediato de armas destinadas à Indonésia" e a suspensão do auxílio militar a este país;
- 2 - a entrega, ao embaixador da Indonésia em Paris, de uma resolução que exija
 - a retirada das forças armadas indonésias de Timor e a criação das "condições políticas necessárias para o livre exercício da autodeterminação";
 - a abertura "efectiva e imediata do território" às organizações de ajuda internacional e de defesa dos direitos humanos, bem como a missões das Nações Unidas.

- A Amnistia Internacional considera pouco credível o inquérito indonésio.

- A Guiné-Bissau levanta a questão de Timor na Conferência Islâmica.

- Hassan II mostra-se disponível para mediar as relações Portugal-Indonésia.

6 DEZEMBRO 1991

- A Comissão de Timor aprova o envio de missões parlamentares a diversos parlamentos do mundo.

7 DEZEMBRO 1991

- O aniversário da invasão de Timor-Leste pela Indonésia foi assinalado em Díli com gestos possíveis: foram rezadas missas em todo o território em memória dos que morreram na luta e, apesar da apertada vigilância de tropas indonésias, apareceu a flutuar uma bandeira das Falintil (a guerrilha timorense) no cemitério de Santa Cruz.

10 DEZEMBRO 1991

- Médicos da Assistência Médica Internacional (AMI) recebem convite para integrar desembarque clandestino em Timor, em que participariam outras organizações humanitárias nacionais e internacionais.

11 DEZEMBRO 1991

- Chega ao conhecimento de Portugal um documento datado de 14 de Novembro em que D. Ximenes Belo relata o massacre de Díli. Este documento foi publicado na Indonésia a 23 de Novembro pela revista "Editor" que omitiu partes importantes, nomeadamente as que se referem ao esfaqueamento e espancamento de feridos bem como ao transporte de timorenses em camiões para zona desconhecida. Nessa nota oficiosa o bispo desmente qualquer ligação do clero de Timor à manifestação que antecedeu o massacre do cemitério de Santa Cruz.

- Ali Alatas admite negociar a questão timorense com Lisboa, desde que Portugal manifeste alguma disponibilidade.

12 DEZEMBRO 1991

- A Indonésia e a Austrália assinam o acordo que autoriza 12 companhias internacionais a procederem à exploração de petróleo e gás no mar de Timor.

- Chega a Díli um enviado especial do Papa, o núncio Giovanni de Andrea, para se inteirar do que sucedeu a 12 de Novembro e dar apoio ao bispo Ximenes Belo.

13 DEZEMBRO 1991

- Depois da Holanda e do Canadá, a Dinamarca suspende novas ajudas ao desenvolvimento da Indonésia.

- A exploração de petróleo em Timor já tem onze contratos assinados, envolvendo 55 companhias petrolíferas da área do Timor-Gap.

- Suharto desafia a comunidade internacional: "Não temos medo de ameaças".

15 DEZEMBRO 1991

- Mário Carrascalão, governador de Timor-Leste, é vítima de tentativa de envenenamento.

- Fontes próximas do Governo de Jacarta admitem que Suharto venha a responsabilizar Mário Carrascalão e o bispo de Díli pelo massacre.

- Em Sidney, sindicatos portuários boicotam uma entrega de ferro à Indonésia. Vários sindicatos de trabalhadores portuários da Nova Gales do Sul decidiram manter o boicote indefinidamente.

18 DEZEMBRO 1991

- O enviado do Papa sai de Timor, depois de ter mantido contactos com o bispo e com diversos padres.

- Contrariando os depoimentos de testemunhas oculares e as conclusões de investigações feitas por agentes de vários países, o relatório do inquérito ao massacre do cemitério de Santa Cruz fala de 19 mortos e 91 feridos. As reacções internacionais ao inquérito não se fazem esperar: ninguém acredita.

19 DEZEMBRO 1991

-O presidente dos EUA, George Bush, refere pela primeira vez a situação em Timor: a posição americana baseia-se puramente na questão dos direitos humanos.

21 DEZEMBRO 1991

- Continua a política de intimidação em Timor: as autoridades indonésias detêm durante várias horas o padre que celebrou a missa na igreja de Motael antes do massacre de 12 de Novembro.

23 DEZEMBRO 1991

- As autoridades indonésias estão descontentes com as reacções internacionais ao clima de terror que se vive em Timor-Leste. Segundo Jacarta, a culpa é dos jornalistas ocidentais, e tudo se deve à abertura que tem havido na passagem de vistos de entrada no território.

24 DEZEMBRO 1991

- Na Austrália, 30 organizações não governamentais entregam ao Governo indonésio uma declaração condenando o massacre em Timor e a posição de Jacarta. A declaração exige uma retirada imediata das forças militares presentes no

território, incita Jacarta a aceitar as propostas de paz dos líderes timorenses e apela à ONU para que intervenha.

25 DEZEMBRO 1991

- Na homília de Natal, o bispo de Dili classifica o massacre do cemitério de Santa Cruz como uma "barbaridade" e "um grande pecado".

26 DEZEMBRO 1991

- A Comissão indonésia de inquérito ao massacre, no relatório oficial que entrega a Suharto, admite a existência de mais de 50 mortos, mais de 91 feridos e de 90 desaparecidos, o que contraria o relato até agora feito pelos militares indonésios, afirmando que o massacre foi uma resposta indisciplinada a uma turba enfurecida.

- O governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, declara que considera "isento" o novo relatório oficial sobre o massacre e que, portanto, já não há razões para apresentar a sua demissão.

- O MNE diz que o relatório se destina a melhorar a imagem junto da comunidade internacional.

28 DEZEMBRO 1991

- Na sequência do relatório preliminar apresentado pela comissão indonésia, Suharto afasta os generais Penjaitan e Warouw responsabilizando-os pelo massacre; os EUA, Holanda, Austrália e Japão elogiam as medidas indonésias.

- Fala-se pela primeira vez na Missão Paz em Timor - iniciativa da revista "Forum Estudante", dirigida por Rui Marques -, com o fim de colocar uma coroa de flores no cemitério de Santa Cruz, em homenagem às vítimas do massacre de 12 de Novembro.

30 DEZEMBRO 1991

- Try Sutrisno, comandante das forças armadas indonésias, avisa os "separatistas" de que devem desistir da luta pela independência ou terão que "enfrentar acções armadas militares".

31 DEZEMBRO 1991

- O Presidente norte-americano chega à Austrália.

1 JANEIRO 1992

- Durante a visita do Presidente norte-americano à Austrália, têm-se sucedido, em várias cidades, manifestações e vigílias de protesto contra a situação que se vive em Timor-Leste, de uma maneira muito especial contra o massacre de Díli, e contra a ausência de uma condenação formal norte-americana em relação a toda essa situação. A comunidade timorense tenta assim chamar a atenção de George Bush para o caso de Timor e apelar à sua ajuda.

- Em Jacarta, o Presidente Suharto promete que vai melhorar as condições de vida da população de Timor-Leste.

- A TAPOL, uma organização indonésia de defesa dos direitos humanos, envia uma carta às autoridades portuguesas e ao novo secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, pedindo a convocação de uma reunião do Conselho de Segurança sobre Timor-Leste e o envio de uma missão da ONU ao território.

Esta organização de defesa dos direitos humanos entende que deveria haver conversações de paz sobre o território, com a participação de representantes do povo timorense e da resistência armada à integração.

Na mensagem a Butros Ghali, a TAPOL afirma que o povo de Timor-Leste "agora mais do que nunca", espera que a ONU o liberte das injustiças sofridas pela ocupação indonésia, que dura há 16 anos".

2 JANEIRO 1992

- Continuam na Austrália as manifestações de apoio à causa timorense.

- Parlamentares australianos, reunidos em sessão especial, assinam uma petição apelando aos EUA para intervir no caso de Timor.

- Registam-se violentas confrontações entre membros da representação diplomática indonésia e manifestantes pró-timorenses, na sequência de uma manifestação organizada por um conselho sindical australiano e pela comunidade timorense em Camberra.

3 JANEIRO 1992

- Deputados portugueses à Assembleia da República reúnem-se para definir estratégias comuns em relação a Timor. A reunião teve lugar no Parlamento e contou com a participação de deputados dos quatro maiores partidos portugueses com representação em Estrasburgo. Os deputados

pretendem que a situação em Timor-Leste seja encarada não só como um problema de direitos humanos mas também como um problema de autodeterminação.

4 JANEIRO 1992

- A organização internacional de defesa dos direitos humanos **Asia Watch**, em comunicado divulgado em Hong-Kong, afirma que o relatório das autoridades indonésias sobre o massacre de 12 de Novembro em Díli "é parcial e incorrecto".

- Jacarta protesta energicamente contra as violentas confrontações diante da Embaixada indonésia em Canberra; o embaixador australiano na capital indonésia é chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para receber um protesto oficial.

- O governo australiano faz um ultimato aos manifestantes.

6 JANEIRO 1992

- Termina hoje o prazo dado pela polícia federal aos manifestantes australianos e timorenses para se retirarem das imediações da embaixada da Indonésia em Canberra.

- O governador Mário Carrascalão afirma publicamente, que o massacre de Santa Cruz e as campanhas militares que se lhe seguiram foram comandados pelo genro de Suharto, Prabowo, que agiu por ordem directa do Governo indonésio.

7 JANEIRO 1992

- O ministério dos Negócios Estrangeiros japonês louva, em Tóquio, o relatório preliminar indonésio aos acontecimentos de 12 de Novembro em Timor, qualificando-o de "objectivo e frontal".

- A televisão britânica transmite um documentário de uma hora sobre o massacre de Timor-Leste. O programa, intitulado "A Sangue Frio: o Massacre de Timor-Leste", é da autoria do jornalista britânico Chris Wenner (que, por razões de segurança, utiliza o pseudónimo Max Stahl) e é uma produção da Yorkshire Television. Este jornalista, que presenciou o massacre no cemitério de Santa Cruz, apresenta vários testemunhos sobre as atrocidades cometidas em Timor-Leste pelas forças indonésias. A importância do filme deve-se não só às imagens do massacre mas também aos testemunhos recolhidos antes do incidente. A primeira parte do programa faz um enquadramento histórico de todo o processo que antecedeu o massacre de Santa Cruz, desde a administração

portuguesa até à repressão desencadeada pelo Governo de Jacarta após a invasão indonésia, em Dezembro de 1975.

8 JANEIRO 1992

- O novo comandante militar de Timor-Leste, brigadeiro-general Theo Syafei, promete que actuará com dureza sobre todos aqueles que contestarem o regime de Suharto.

9 JANEIRO 1992

- Chegam a Lisboa duas mensagens de Xanana Gusmão dirigidas ao Presidente da República e ao primeiro-ministro, gravadas em 24 de Novembro nas montanhas de Timor-Leste. O líder da guerrilha timorense pede a Portugal que insista na realização de uma missão internacional ao território, no sentido de ser feito um inquérito internacional aos acontecimentos de 12 de Novembro e à situação em Timor-Leste. Sauda ainda a iniciativa portuguesa de decretar um dia de luto nacional pelo massacre e pede a Mário Soares que pressione Butros-Ghali, no sentido de ser exigido de Jacarta o cumprimento total das resoluções das Nações Unidas sobre Timor.

- Os organizadores da Missão Paz em Timor reúnem-se com representantes da comunicação social, aos quais dão a conhecer o projecto da viagem a Timor e pedem apoio.

- A Amnistia Internacional lança em Londres um apelo para a libertação imediata de todos os presos políticos timorenses.

- Em conversa telefónica, D. Ximenes Belo declara ao EXPRESSO que a cidade de Díli está a ser "tomada de assalto" por grupos de civis armados e mascarados. Segundo ele, esses bandos, além de "assaltarem as casas de pessoas consideradas afectas à resistência, maltratam quem lá se encontra".

10 JANEIRO 1992

- Mário Soares desloca-se a Paris para um encontro com Butros Ghali, antes de seguir para os EUA.

11 JANEIRO 1992

- Mário Soares chega a Washington para uma visita de quatro dias.

13 JANEIRO 1992

- George Bush recebe Mário Soares na Casa Branca. Durante a conversa é abordada a questão de Timor-Leste.

- Início da subscrição pública para financiamento da viagem da Missão Paz em Timor. Os custos rondarão os 150 mil contos.

14 JANEIRO 1992

- O porta-voz da Casa Branca ignora as conversações sobre Timor-Leste mantidas entre Bush e Mário Soares, limitando-se a dizer que os dois presidentes discutiram "questões asiáticas".

- A FRETILIN apela em Lisboa ao alargamento da Convergência Nacionalista, convidando personalidades ligadas à antiga Apodeti - partido defensor da integração na Indonésia - e elogia o papel da Igreja em Timor.

15 JANEIRO 1992

- Rui Marques garante a partida do navio Lusitânia Expresso com destino a Díli.

20 JANEIRO 1992

- Três timorenses sobreviventes do massacre de Santa Cruz começam a ser julgados em Díli pelas autoridades indonésias. São acusados de terem roubado documentos do comando militar indonésio em Díli e de os fazerem chegar às mãos de Ramos Horta que, por sua vez, os terá feito chegar às mãos de Mário Soares.

21 JANEIRO 1992

- O Governo holandês anuncia o levantamento da suspensão de futuras ajudas económicas à Indonésia. O ministro holandês dos Negócios Estrangeiros, Hans van den Broek, declara que esta medida se deve ao facto de considerar um sinal positivo o relatório final indonésio sobre o massacre.

22 JANEIRO 1992

- Líderes timorenses na Austrália afirmam o interesse da iniciativa para a causa de Timor.

23 JANEIRO 1992

- O "Lusitânia Expresso" levando a bordo um grupo de jovens e jornalistas, larga do porto de Lisboa dando início à "Missão Paz em Timor". Nuno Ribeiro da Silva, secretário de Estado da Juventude, assiste à partida.

24 JANEIRO 1992

- O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, encontra-se com secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali e entrega-lhe uma carta com a nova proposta portuguesa para a solução do problema timorense. Portugal declara-se disponível para encetar conversações com a Indonésia, com a participação de timorenses e sob os auspícios da ONU.

25 JANEIRO 1992

- Francisco Lopes da Cruz, assessor do Presidente Suharto da Indonésia, declara à agência Lusa que o seu Governo não permitirá que o navio português Lusitânia Expresso acoste em Díli, para "não criar problemas à estabilidade nacional". Afirma ainda que a Indonésia recusa a participação de timorenses em conversações com Portugal sobre Timor-Leste, dado que considera Timor-Leste parte integrante do país.

26 JANEIRO 1992

- Abílio de Araújo, da resistência timorense, em entrevista ao PÚBLICO afirma que Xanana fez tudo para enfraquecer a Fretilin.

- A Indonésia recusa a participação de timorenses em negociações na ONU.

28 JANEIRO 1992

- Em declarações à Rádio Renascença, D. Ximenes Belo afirma que o Lusitânia Expresso deve "regressar já a Portugal" pois "as pessoas que embarcaram não conhecem a realidade timorense e só podem criar problemas".

29 JANEIRO 1992

- Timor está na agenda da 48ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos da ONU.

-Ramalho Eanes, Eurico de Melo, Barbedo de Magalhães e Vitorino Magalhães Godinho entregam na Embaixada dos EUA, em Lisboa, uma carta endereçada ao Presidente Bush, na qual dez mil portugueses reclamam da Administração norte-americana "a pronta reconsideração de toda a cooperação económica, financeira, científica e militar" com Jacarta.

30 JANEIRO 1992

- Trabalhadores portuários de Setúbal boicotam o embarque de mercadoria com destino à Indonésia.

- Um abaixo-assinado de apoio à missão recolhe a adesão de numerosas personalidades portuguesas, entre as quais se contam deputados de todos os partidos, com destaque para o PSD.

3 FEVEREIRO 1992

- O Lusitânia Expresso é retido no porto de Aden, no meio de uma tempestade de areia.

5 FEVEREIRO 1992

- Ali Alatas inicia em Londres uma campanha diplomática que o levará a Genebra e Bruxelas, com o objectivo de melhorar a imagem da Indonésia. Em Londres, o ministro indonésio vê-se confrontado com os protestos do Partido Trabalhista, que pressiona o Governo a decretar a imediata suspensão da ajuda económica e o embargo de armas a Jacarta.

- A Amnistia Internacional entrega a Alatas um documento onde se considera serem inaceitáveis as conclusões do inquérito oficial.

- A Indonésia opõe-se à investigação ao massacre de Díli feita sob os auspícios das Nações Unidas.

6 FEVEREIRO 1992

- Isabel Soares e Rui Oliveira e Costa aceitam participar na Missão Paz em Timor.

7 FEVEREIRO 1992

- Numa conferência de imprensa em Bruxelas, Ali Alatas afirma que:

- os responsáveis pelos "trágicos acontecimentos" de 12 de Novembro serão punidos, será verificado

- o tratamento dado aos prisioneiros e serão localizados os desaparecidos;
- o enviado especial das Nações Unidas, Amos Wako, poderá visitar Timor-Leste "para obter maiores esclarecimentos" e não para investigar o tiroteio do cemitério;
- o relatório da Amnistia Internacional é "fraudulento, desleal, parcial e infundado";
- "o povo de Timor-Leste é uma vítima da irresponsabilidade de Portugal", que abandonou o território e não respondeu a apelos de Jacarta para o estabelecimento de um diálogo sobre a questão;
- não será permitida a entrada do Lusitânia Expresso em Díli, por a viagem ser uma "provocação pouco construtiva".

9 FEVEREIRO 1992

- Numa missão de seis dias, chega a Jacarta o enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas, Amos Wako, com o objectivo de manter consultas com o Governo indonésio e tentar clarificar os acontecimentos de 12 de Novembro em Díli.

- As autoridades indonésias detêm várias pessoas suspeitas de tentarem organizar uma comissão de acolhimento ao Lusitânia Expresso.

10 FEVEREIRO 1992

- Os responsáveis pela "Missão Paz em Timor" divulgam uma nota em que dão conta de ser sua intenção não solicitar "qualquer autorização" às autoridades indonésias para que o barco entre em Timor. Em cartas enviadas a várias personalidades, entre elas o secretário-geral da ONU, os promotores da iniciativa explicam que a sua posição se deve ao facto de o Parlamento Europeu reconhecer Timor-Leste como "território não autónomo sob administração portuguesa".

11 FEVEREIRO 1992

- Rui Marques é recebido pelo Presidente da República, a quem expõe os objectivos da viagem a Timor, enquanto anuncia a falta de 120 mil contos para o seu financiamento. Dos 150 mil contos necessários, a Missão Paz em Timor só conseguiu angariar 30 mil.

12 FEVEREIRO 1992

- A Comunidade Europeia está a preparar uma nova declaração política sobre Timor.

- Portugal defende em Genebra, perante a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a necessidade de uma vigilância permanente em Timor-Leste e de um inquérito imparcial ao massacre de Santa Cruz. Amy Goodman e Allan Nairn, os dois jornalistas norte-americanos que testemunharam o massacre de 12 de Novembro, relatam a tragédia do cemitério de Díli.

13 FEVEREIRO 1992

- Duelo verbal entre representantes de Portugal e da Indonésia, na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

- O comissário europeu Abel Matutes declara que a Comissão Europeia decidiu retomar a cooperação entre a CE e a Indonésia, nos mesmos termos em que era feita anteriormente, "uma vez clarificada a posição e as responsabilidades do Governo indonésio nos acontecimentos de Díli".

14 FEVEREIRO 1992

- Eanes aceita integrar a Missão Paz em Timor. No Vaticano, João Paulo II manifesta, em audiência concedida a Durão Barroso, a sua preocupação pelos acontecimentos em Timor à chegada do navio português Lusitânia Expresso.

- Amos Wako, emissário das Nações Unidas à Indonésia e a Timor-Leste, mostra-se satisfeito no final da missão que o levou a Jacarta e Díli, declarando aos jornalistas, em Jacarta, que o Presidente Suharto deixou bem claro que quem infringiu as leis será processado. O emissário da ONU diz ter-se avistado com funcionários governamentais, militares e civis, com os 14 leste-timorenses ainda internados no hospital de Díli, com o governador Mário Carrascalão, com o bispo Ximenes Belo e com o pároco de Motael, Alberto Ricardo. Diz ainda que, numa carrinha do Exército indonésio e ao lado do comandante da região militar, general Mantiri, fez o reconhecimento do percurso seguido pelos manifestantes desde a igreja até ao cemitério. Conclui afirmando: "Penso que tenho os dados suficientes para fazer um relatório completo".

15 FEVEREIRO 1992

- De acordo com o jornal indonésio "Kompas", o Governo de Jacarta enviou vasos de guerra para interceptar o Lusitânia Expresso.

16 FEVEREIRO 1992

- O porta-voz de Jacarta, Nurhadi Purwosaputro, citado pela imprensa indonésia, diz que o navio poderá entrar em Díli desde que cumpra as leis de imigração e transporte marítimo. Os organizadores da Missão Paz em Timor admitem o fracasso da iniciativa por falta de verbas.

17 FEVEREIRO 1992

- Cavaco Silva, em audiência aos promotores da viagem, apoia, com simpatia, a iniciativa da "Forum Estudante", mas nega apoio oficial.

- O ministro indonésio Ali Alatas inicia uma nova ronda: Tóquio, Washington, Paris, Haia, Madrid e sede da ONU. Em Tóquio, o seu homólogo japonês garante-lhe a continuação da ajuda ao desenvolvimento da Indonésia.

18 FEVEREIRO 1992

- O sucesso da missão do Lusitânia é considerado importante quer para Portugal, quer para os timorenses, diz a Comissão Parlamentar Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor em reunião com os organizadores da viagem. De Díli, uma fonte da resistência fala do aumento de militares nas ruas e acrescenta que está em marcha uma campanha de intimidação para que os timorenses não se encontrem com os membros da missão.

19 FEVEREIRO 1992

- Mário Soares, em resposta a alunos de Direito Constitucional, considera que só a diplomacia poderá responder a possíveis represálias contra o navio. Entretanto, a imprensa de Jacarta revela que os militares tratarão o Lusitânia Expresso como barco de pesca ilegal.

20 FEVEREIRO 1992

- Associações de estudantes recolhem fundos para a Missão Paz em Timor. O embaixador australiano em Jacarta,

diz que o seu Governo tomará medidas fortes contra o navio se esta viagem causar problemas à Indonésia: "A Austrália não sacrifica as suas boas relações com a Indonésia."

- Em Genebra, com o apoio incondicional da Austrália, a Indonésia tenta derrotar a proposta de resolução sobre Timor, apresentada pelos Doze na Comissão dos Direitos Humanos da ONU. A delegação australiana auxilia ao mesmo tempo os indonésios numa discreta campanha de desinformação.

- O embaixador australiano em Jacarta, Phillip Flood, diz que o seu Governo tomará fortes medidas contra o **Lusitânia Expresso**, se pensar que a iniciativa causa problemas nas relações entre a Austrália e a Indonésia.

- Estudantes do ensino superior e secundário estão nas ruas e escolas de Lisboa a realizar um peditório para angariação de fundos para a Missão Paz em Timor. A Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) aceita o convite para participar na viagem do Lusitânia Expresso e declara que contribuirá financeiramente.

21 FEVEREIRO 1992

- O Governo australiano apressa-se a desmentir as ameaças do seu embaixador em Jacarta.

- A delegação angolana na Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas defende a tese de que Timor-Leste é um problema de "descolonização", pelo que a ONU deve criar as condições para que a população do território possa exercer o seu direito "à autodeterminação e independência".

- Nos EUA, a Comissão das Relações Externas do Senado adia uma audiência sobre Timor-Leste e a política norte-americana para com a Indonésia, na qual deveriam participar os deputados portugueses da Comissão Eventual, cujo regresso a Lisboa está previsto para amanhã à noite.

22 FEVEREIRO 1992

- O Governo de Camberra tenta evitar a escala do Lusitânia em Darwin, para não desagradar à Indonésia, que proíbe a entrada do navio nas suas águas territoriais.

- Timorenses na Austrália preparam uma festa para a chegada do navio a Darwin. A CNN recusa-se a integrar a comitiva.

23 FEVEREIRO 1992

- Forças militares de Jacarta anunciam que sete vasos de guerra aguardam o Lusitânia Expresso nas águas de Malaca.

24 FEVEREIRO 1992

- O general Theo Syafei, comandante militar de Timor, ameaça em Díli que prenderá os passageiros do navio Lusitânia Expresso se este acostar ao porto e afirma que toda a frota da ilha está pronta para a chegada do barco português. O jornal "Jakarta Post" revela que se encontram de prevenção dezenas de milhares de soldados.

- A mulher do Presidente francês, Danielle Mitterrand, condena, em Genebra, "a invasão seguida de anexação de Timor-Leste pela Indonésia", numa intervenção feita na Comissão dos Direitos do Homem da ONU e pede que "exijam do Governo indonésio a retirada das suas forças armadas do território de Timor-Leste".

- Um vídeo sobre o massacre de Díli, patrocinado pelo Governo indonésio e dirigido por um cineasta australiano, mostrado ontem em canais televisivos australianos, suscita polémica na Austrália. Este vídeo acusa os jornalistas estrangeiros, presentes em Timor-Leste na altura, de terem incitado a multidão em Santa Cruz. No decurso do filme a Fretilin é acusada de ser uma organização desestabilizadora e o rescaldo do massacre é narrado por dois timorenses anónimos, que fizeram supostamente parte de um grupo de pessoas detidas. Estes afirmam no vídeo que foram bem tratados pelas autoridades indonésias.

25 FEVEREIRO 1992

- O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, afirma em Paris desconhecer "o conteúdo exacto" da proposta portuguesa de negociações tripartidas sobre Timor-Leste, visto o secretário-geral da ONU, com quem se encontrou em Nova-Iorque, "não ter recebido ainda uma proposta formal" de Lisboa. O gabinete do ministro João de Deus Pinheiro emite um comunicado dizendo que se trata "certamente de um mal-entendido".

- Ali Alatas, que promete opor uma "posição firme" do seu país à iniciativa e volta a considerá-la como uma provocação, nega ter pedido à Austrália que impedisse o navio de chegar a Timor.

- O Ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio anuncia em comunicado que "O Governo indonésio declara o encerramento das suas águas territoriais ao Lusitânia Ex-

presso e rejeita firmemente o projecto de visita dos seus passageiros".

- A Amnistia Internacional confirma que três dos quatro timorenses detidos em Bali foram libertados.

26 FEVEREIRO 1992

- Timor é vedado à imprensa internacional pela Indonésia, que suspende as autorizações de acesso a jornalistas estrangeiros e do seu próprio país.

27 FEVEREIRO 1992

- O Lusitânia é apanhado entre duas tempestades, que atrasam a sua chegada a Darwin.

- O chefe da diplomacia indonésia, Ali Alatas, afirma em Madrid, perante um reduzido e "escolhido" grupo de jornalistas, que "o Governo português quer uma solução para o problema de Timor mas os impedimentos vêm do Parlamento".

- Em Darwin, Gough Whitlam, antigo primeiro-ministro australiano que, em 1975, apoiou a invasão de Timor-Leste pela Indonésia, ao ser interpelado pelo PÚBLICO, afirma: "A posição da Austrália é a de que Portugal abandonou Timor-Leste!" e "Portugal teve a última e a pior administração europeia na região".

- O chefe do Exército indonésio, general Edi Sudrajat, anuncia que vão ser aplicadas sanções a dez oficiais e quatro soldados que estiveram envolvidos no massacre de 12 de Novembro.

28 FEVEREIRO 1992

- Adiamento da partida do avião que levará os participantes da Missão Paz em Timor, por falta de verba. Em Darwin, preparam-se duas recepções diferentes, organizadas pelos partidos timorenses UDT e Fretilin.

29 FEVEREIRO 1992

- Parte para Darwin a comitiva internacional de estudantes e convidados da Missão Paz em Timor, após terem sido ultrapassados os problemas de ordem financeira que estiveram na origem da suspensão da partida. Segundo declarações de Rui Marques, essas dificuldades foram em parte superadas com o apoio de entidades privadas do Norte do País.

1 MARÇO 1992

- Cavaco Silva mostra-se preocupado com um eventual fracasso da missão.

- Representantes da Fretilin e da UDT reúnem-se em Darwin com o cônsul português e chegam a acordo quanto a uma recepção conjunta à comitiva da Missão Paz em Timor.

2 MARÇO 1992

- A agência Antara noticia a venda de fotocópias de uma gravura do Lusitânia Expresso nas ruas de Díli.

3 MARÇO 1992

- Chega a Sidney a comitiva da Missão Paz em Timor. A Austrália alerta os seus cidadãos para os "riscos" da missão, antes de estes se decidirem a participar na iniciativa.

- É apresentada na Comissão dos Direitos Humanos da ONU um proposta de resolução sobre Timor. [Ver texto integral em Anexo.]

4 MARÇO 1992

- Na Comissão dos Direitos Humanos da ONU é aprovada uma declaração final sobre a situação em Timor-Leste. [Ver texto em Anexo.] A violação dos direitos humanos em Timor não constará, assim, do relatório final da Comissão e não tem qualquer valor vinculativo. [Na ONU, uma decisão tem um valor jurídico superior ao de uma declaração, embora inferior ao de uma resolução.]

- Chega a Darwin a comitiva da Missão Paz em Timor, que é recebida entusiasticamente pelos timorenses.

- João Carrascalão quer embarcar no Lusitânia; Ramalho Eanes tenta demovê-lo da ideia.

- Os dois estudantes indonésios que fazem parte da comitiva são avisados de que não poderão embarcar, por questões de segurança pessoal.

- Try Sutrisno diz, em Jacarta, que os passageiros do navio português serão presos e deportados, caso tentem entrar nas águas territoriais indonésias.

5 MARÇO 1992

- Espectáculo sobre a história recente de Timor, promovido pela Associação Timorense Lafaek em Darwin.
- A Câmara de Lisboa dá três mil contos à Missão Paz em Timor.

6 MARÇO 1992

- Gareth Evans apela aos estudantes australianos que integram a Missão para "pensarem muito cuidadosamente antes de decidirem embarcar".
- Regista-se uma tentativa de demover os estudantes estrangeiros de embarcarem no Lusitânia Expresso: os estudantes canadianos e gregos são avisados de que a missão corre risco de confronto violento.
- Festa em honra da Missão, promovida pelo Portuguese-Timorese Social Club, onde discursam Eanes e João Carrascalão.
- Uma segunda jornalista indonésia pede para embarcar no Lusitânia mas a sua participação é recusada pela direcção da missão.

7 MARÇO 1992

- Alegando razões de segurança, a organização da missão não autoriza o embarque de João Carrascalão, que se mostra magoado.
- Um avião indonésio rasa o Lusitânia em águas australianas.
- Eanes declara ao PÚBLICO a sua vontade de intervir nas negociações.

8 MARÇO 1992

- O Lusitânia Expresso chega ao porto de Darwin onde é aguardado por centenas de portugueses e timorenses.

9 MARÇO 1992

- O "Barco da Paz" larga do porto de Darwin rumo a Timor-Leste.

- A maior parte da imprensa escrita internacional ignora o primeiro dia de viagem da Missão Paz em Timor. Mediaticamente a Missão quase não ultrapassa as barreiras nacionais.

FORÇAS ARMADAS INDONÉSIAS/REUTER

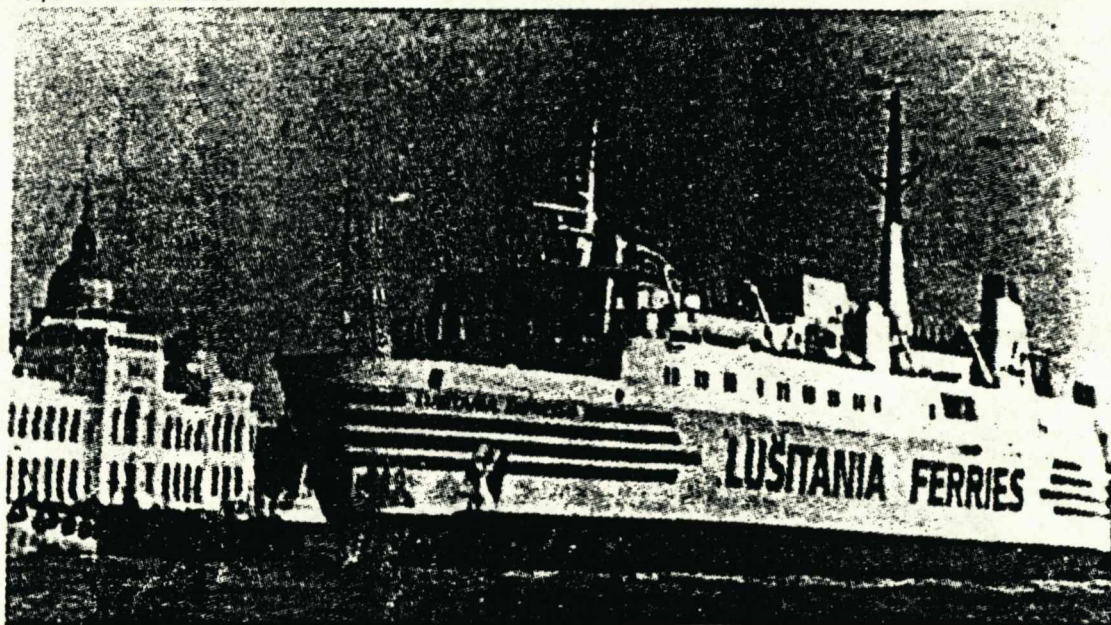
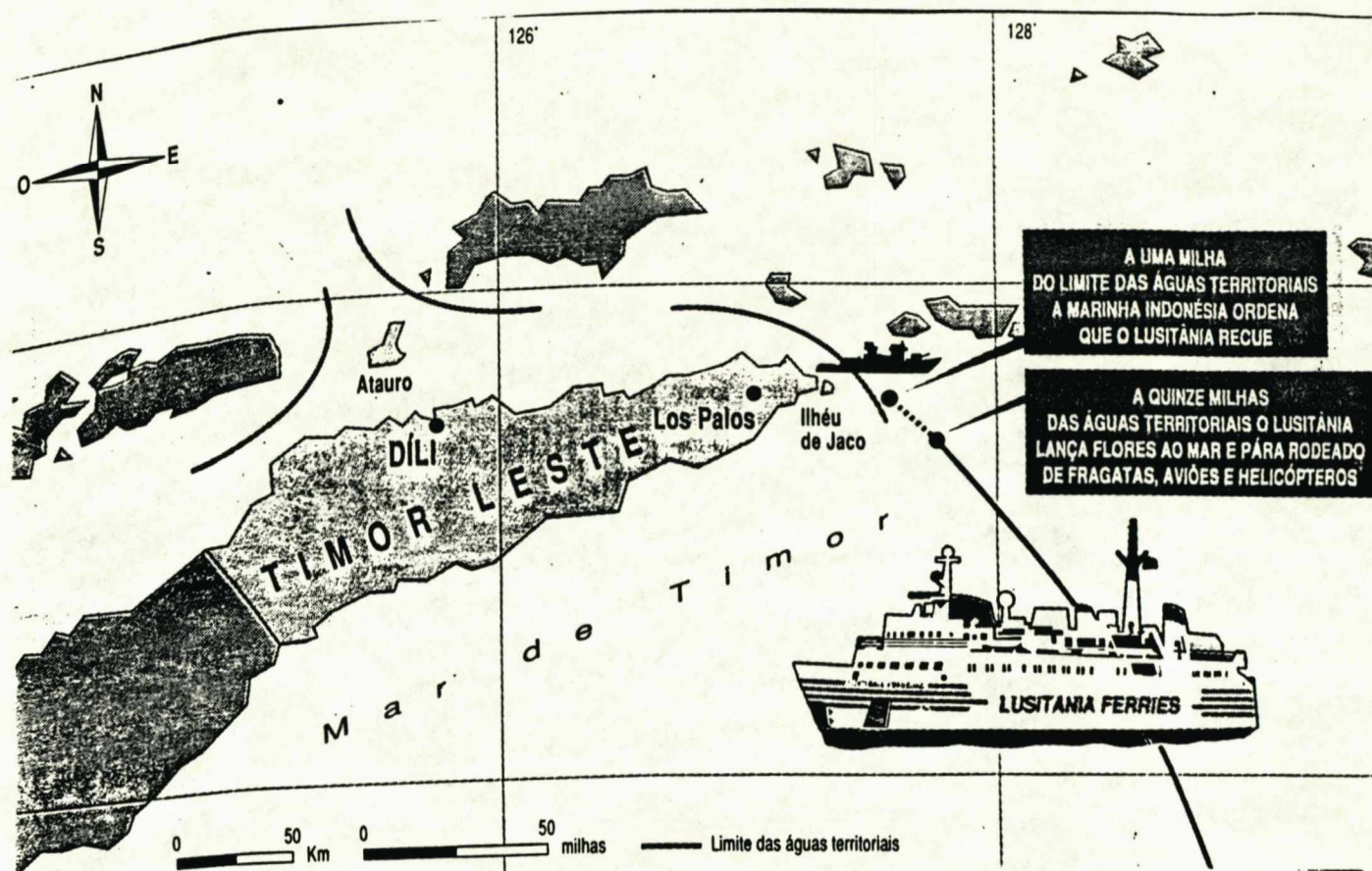


Foto tirada pelos serviços secretos indonésios e oferecida à Reuter, mostrando que Jacarta segue a rota da Lusitânia

PÚBLICO, 29 Fevereiro 1992



Fragatas indonésias obrigam Lusitânia Expresso a recuar

PÚBLICO, 11 Março 1992

10 MARÇO 1992

- A bordo do Lusitânia Expresso

- 6h15 - Um avião com as cores indonésias sobrevoa, por diversas vezes, o Lusitânia Expresso. O aparelho é o mesmo que, já na sexta-feira, antes da chegada a Darwin, voara sobre o barco. O capitão Luís Santos reduz a velocidade do navio. Meia-hora depois, dois outros aviões sobrevoam o navio.
- 10h10 - O Governo japonês, através de um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, citado pela Reuter, mostra-se apreensivo e espera que o Lusitânia Expresso "não provoque confusões desnecessárias".
- 10h54 - O comandante das forças navais que bloqueiam o caminho ao Lusitânia, vice-almirante Tanto Kuswanto, diz à Agência indonésia Antara que as suas forças têm ordens para disparar um tiro de aviso, se o navio tentar forçar a passagem.
- 12h20 - A cadeia de televisão norte-americana CNN abre o seu noticiário falando da viagem do Lusitânia Expresso. A peça de 12 minutos só é transmitida na emissão da CNN para a Europa.
- 13h30 - O Lusitânia detecta a presença de uma fragata indonésia, a bombordo, viajando à mesma velocidade do "barco da paz".
- 19h20 - O território de Timor-Leste surge no radar do Lusitânia Expresso.
- 19h30 - A segunda fragata indonésia é detectada a estibordo.
- 21h00 - Um porta voz do Departamento de Estado norte-americano diz ao correspondente do PÚBLICO, em Washington, recear que "a visita possa agravar as tensões em vez de as aliviar. Há sempre a possibilidade de alguém ou alguma coisa desencadear uma confrontação. Os EUA esperam que todos os participantes usem meios que não sejam de confrontação para dar a conhecer os seus pontos de vista."
- 21h25 - Timor surge, a olho nu, no horizonte do Lusitânia.

- 21h50 - A terceira embarcação indonésia aproxima-se do "barco da paz". O Lusitânia iça a bandeira de cortesia - mas o estandarte hasteado é o português e não o indonésio, como Jacarta esperaria. [A chegada a um porto, o navio deve içar a bandeira do país onde está a chegar.]
- 22h00 - As forças navais indonésias efectuam o primeiro contacto via rádio, com o Lusitânia Expresso: "Águas indonésias. Vão-se embora por favor.", é a mensagem. O navio ainda não atingira as águas territoriais de Timor. Rui Marques tentou contactar as forças indonésias, sem resultado.
- 22h02 - Os motores do Lusitânia Expresso imobilizam-se e todos os passageiros do barco são convidados a descer do convés.
- 22h03 - O Lusitânia está imobilizado, enquanto um dos navios indonésios aumenta de velocidade e barra o caminho ao barco português. As comunicações das rádios e da RTP são interrompidas, porque o Lusitânia começa a fazer meia-volta.
- 22h20 - As comunicações estão restabelecidas. Três fragatas e três helicópteros vigiam o navio português.
- 22h30 - Donaciano Gomes, o único timorense a bordo, lança ao mar uma coroa de flores, homenageando os mortos do 12 de Novembro. Durante a cerimónia, reza-se um Pai Nosso por Timor. O ambiente a bordo do Lusitânia é de comoção geral. Donaciano Gomes e o general Eanes não resistem às lágrimas.
- 22h34 - O Lusitânia inicia o regresso em direcção a Darwin.
- 22h36 - Helicópteros indonésios sobrevoam e filmam o Lusitânia Expresso. A terra de Timor fica para trás.

ANEXOS

**CRONOLOGIA DAS CONVERSACÖES ENTRE LISBOA E JACARTA
relativas à visita de uma delegação parlamentar
portuguesa a Timor-Leste**

3 FEVEREIRO 1988

A embaixada indonésia entrega ao secretário-geral da ONU uma carta do seu país com um convite formal para uma visita de deputados portugueses a Timor-Leste.

24 MARÇO 1988

O presidente da Assembleia da República informou a comissão eventual para acompanhamento da situação no território sobre o conteúdo da carta.

18 JUNHO 1988

A Assembleia e o Governo não chegaram a acordo sobre a aceitação do convite.

9 JULHO 1988

A Assembleia aceita o convite, após vários meses de indecisão e de discussão em torno da eventual visita.

MARÇO 1989

O Parlamento português aprova um conjunto de condições para a realização da iniciativa, relacionadas com a sua oportunidade, duração e metodologia.

9 MAIO 1989

Portugal e a Indonésia iniciam em Nova Iorque, sob os auspícios das Nações Unidas, conversações oficiais sobre a matéria. O encontro conta com a presença de Perez de Cuellar.

10 MAIO 1989

A Indonésia aceita, formalmente, a visita, mas sublinha que a delegação deve ser considerada um "grupo de observação" e não um "grupo de apuramento dos factos".

18 JULHO 1989

Perez de Cuellar admite, em Lisboa, a possibilidade da visita se concretizar ainda durante o ano de 1989.

22 JULHO 1989

Fontes diplomáticas afirmam que a Indonésia manifestou abertura em relação às condições da Assembleia da República, que incluem a liberdade de movimentos da delegação, o cessar-fogo no território, a recusa de vistos e ausência de escala em Jacarta.

15 MARÇO 1990

Nova ronda de negociações, em Nova Iorque, sem acordo relativamente às condições, mas com mais uma data possível para a concretização da visita: primeira quinzena de Setembro.

16 MAIO 1990

Sexta ronda sem solução, especialmente no que respeita à exigência indonésia da delegação passar por Jacarta, onde o Parlamento local pretende organizar uma cerimónia de boas-vindas.

23 JANEIRO 1991

O ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, diz que a visita foi adiada até ao fim do ano.

2 ABRIL 1991

A Comissão de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste admite a flexibilização da posição portuguesa, relativamente aos contactos com o Parlamento de Jacarta.

12 ABRIL 1991

Durante uma reunião entre a Comissão e o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, o PS apresenta uma proposta para desbloquear o impasse nas negociações. Os socialistas deixam "cair" a recusa em passar por Jacarta com a condição de que a Indonésia garanta o cessar-fogo.

26 ABRIL 1991

A Assembleia da República, em reunião conjunta entre o seu presidente, os líderes parlamentares e a comissão de acompanhamento, chega a uma posição final sobre a visita.

1 MAIO 1991

O Primeiro-ministro e o Parlamento estão "inteiramente de acordo" sobre a plataforma negocial encontrada, mas sobre a qual nada se sabe de definitivo.

23 MAIO 1991

Nova ronda de negociações marcada pelo impasse, depois de Portugal apresentar um texto interpretativo aos termos de referência, no qual se alerta para a necessidade de um cessar-fogo em Timor-Leste, até Perez de Cuellar concluir a sua missão de mediação. Os negociadores indonésios não avançam sem consultar o seu governo.

24 MAIO 1991

O MNE português admite, em Nova Díli, que a visita poderá estar "em perigo".

27 JUNHO 1991

Negociadores portugueses e indonésios chegam, finalmente, a um acordo de princípio sobre os termos de referência. Lisboa aceita retirar texto interpretativo sobre a liberdade de movimentos e contactos.

10 JULHO 1991

Vítor Crespo comunica ao Governo, em nome da Assembleia da República, a posição dos líderes parlamentares e dele próprio sobre o acordo de princípio. O presidente do Parlamento impõe um pacto de silêncio que atinge os membros da própria Comissão de Acompanhamento.

20 JULHO 1991

Portugal entrega nas Nações Unidas uma declaração de aceitação dos termos de referência.

1 AGOSTO 1991

A Indonésia entrega também uma declaração de aceitação dos termos de referência, o que abre caminho a novas consultas sobre os aspectos práticos da deslocação, nomeadamente sobre a missão preparatória que a antecede.

[O DIA, Agosto 91]

**VERSÃO PORTUGUESA DO "NON PAPER" PROPOSTO
PARA FIXAÇÃO DOS TERMOS
DA VISITA PARLAMENTAR**

Com vista a facilitar a obtenção de uma solução global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste a Indonésia e Portugal concordaram numa visita a fazer por uma delegação portuguesa a Timor-Leste. Os termos de referência, modalidades e datas da referida visita foram decididos no decurso de conversações realizadas sob os auspícios do Secretário-Geral. A realização da visita da delegação parlamentar portuguesa, sob todos os seus aspectos, não poderá, de nenhuma forma, ser interpretada como afectando as posições de princípio respectivas das partes em relação à substância da questão.

Objectivo

O objectivo da visita da delegação parlamentar portuguesa é o de obter informações em primeira-mão sobre a situação no território, no entendimento de que a visita não terá natureza investigatória.

Composição

A delegação será composta por 13 parlamentares portugueses, acompanhados por 13 funcionários portugueses e 10 jornalistas portugueses. A lista dos membros da delegação e dos seus acompanhantes será comunicada por Portugal à Indonésia, pelo menos três semanas antes do início da visita.

Jornalistas indonésios

A Indonésia poderá designar 10 jornalistas indonésios para acompanharem a delegação.

Jornalistas internacionais

A delegação parlamentar portuguesa será acompanhada por doze jornalistas internacionais, cabendo a cada uma das partes escolher seis. Cada parte comunicará à outra a sua lista de jornalistas internacionais, pelo menos três semanas antes do início da visita.

Representantes do Secretário-geral

A delegação parlamentar portuguesa será também acompanhada

por representantes do Secretário-Geral, enviados no exercício dos seus bons-ofícios.

Acesso

A questão das formalidades respeitantes a vistos para a delegação parlamentar portuguesa e seus acompanhantes será referida num anexo a este documento. (Será apenas um anexo contendo uma declaração unilateral da Indonésia indicando que, no exercício da sua soberania, tinha decidido dispensar exigências de visto).

[No seu caminho para Dili] [No seu regresso de Dili] a delegação parlamentar portuguesa fará uma escala no aeroporto de Jacarta, e o chefe da delegação acompanhará os representantes do Secretário-Geral numa visita de cortesia ao Presidente da Câmara de Representantes da Indonésia.

Liberdade de movimentos e de contactos

A delegação parlamentar portuguesa terá acesso irrestrito a todos os pontos do território, no contexto do objectivo acordado para a visita, em condições de paz e segurança.

A delegação parlamentar portuguesa será livre de se encontrar com quem quiser e quem quiser encontrá-la será livre de o fazer. Nenhuma acção, incluindo as de segurança, poderá ser empreendida pelas autoridades indonésias que possa prejudicar contactos potenciais ou em curso. Os indivíduos que se encontrarem com a delegação parlamentar portuguesa não sofrerão quaisquer consequências adversas em resultado daqueles contactos.

A visita da delegação parlamentar portuguesa será realizada com base num itinerário pré determinado, mas flexível, e com base numa lista de contactos. Durante a visita a delegação pode solicitar a introdução de alterações no itinerário e na lista de contactos, desde que estas se revelarem razoáveis tendo em conta os imperativos de ordem logística.

A delegação parlamentar portuguesa utilizará os seus próprios intérpretes e os contactos poderão ser realizados em privado e na base da confidencialidade.

A Indonésia cooperará plenamente com a delegação parlamentar portuguesa e com os seus acompanhantes para a realização da visita de acordo com os princípios acima definidos.

Datas e duração

A visita terá lugar durante a estação seca e durará aproximadamente de 10 a 12 dias.

"Record of Understandings"

Os nomes dos jornalistas internacionais serão discutidos informalmente no decurso das conversações de substância, antes de serem comunicados à outra parte nos termos do parágrafo III.

Todas as categorias de jornalistas serão tratadas em pé de igualdade.

Está entendido que, antes da visita da delegação parlamentar portuguesa, as duas partes examinarão projectos de itinerário e de listas de contactos.

ANEXOS

1. PROJECTO DE DECLARAÇÃO UNILATERAL INTERPRETATIVA PORTUGUESA

Relativamente ao ponto VII da acta ("Liberdade de movimentos e de contactos"), a parte portuguesa deixa claro ser seu entendimento que a abstenção nele estabelecida de as autoridades indonésias empreenderem acções, incluindo as de segurança, que possam prejudicar contactos potenciais a estabelecer em Timor-Leste pela delegação parlamentar portuguesa, deve vigorar desde a assinatura da acta de que esta declaração constitui anexo.

Entende a parte portuguesa que só deste modo poderão ser plenamente assegurados os objectivos prosseguidos pelo ponto acima mencionado e demonstrada a boa-fé de todas as partes intervenientes em cooperarem, num espírito construtivo, com os esforços do Secretário-geral das Nações Unidas na procura de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste.

No mesmo espírito, a parte portuguesa apela a todas as partes envolvidas na questão de Timor-Leste no sentido de serem suspensas todas as acções armadas no território até ao encerramento das consultas de que o Secretário-Geral das Nações Unidas foi encarregado, nos termos da resolução da Assembleia Geral 37/30, de 23 de Novembro de 1982.

A parte portuguesa exprime a opinião de que as Nações Unidas deveriam, desde já, ter acesso ao território de Timor-Leste, pela forma que o Secretário-Geral tiver por adequada, no sentido de ser assegurada a plena e efectiva aplicação do ponto VII da acta de que esta declaração constitui anexo.

SOBRE A ESCALA EM JACARTA

A escala em Jacarta e a deslocação do chefe da delegação parlamentar portuguesa ao Parlamento indonésio, acompanhando o representante do Secretário-Geral das Nações Unidas na visita de cortesia que este efectuará ao respectivo Presidente, constitui apenas um gesto de boa-vontade testemunhando a contínua disponibilidade de Portugal em, por meio do diálogo e da negociação com todas as partes directamente interessadas e sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, alcançar uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste.

[PÚBLICO, 25.05 91]

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO APRESENTADA PELOS DOZE
NA COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS, EM GENEBRA
(texto integral)

A Comissão dos Direitos Humanos,

- Norteada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelos acordos internacionais sobre direitos humanos e as regras universalmente aceites de lei internacional;

- Recordando a Resolução 1990/15 da Subcomissão para a Prevenção de Discriminação e a Protecção de Minorias e a declaração publicada pelo seu presidente em 23 de Agosto (E/CN.4/Sub.2/1991/SR.26);

- Considerando o relatório apresentado pelo relator especial sobre tortura, na sua visita à Indonésia e Timor-Leste, e tomando em atenção as suas avaliação, conclusões e recomendações (E/CN.4/1992/17/Add.1);

- Gravemente preocupada com a violência não-provocada usada pelas forças de segurança da Indonésia a 12 de Novembro, no cemitério de Santa Cruz, em Díli, da qual resultou a morte e ferimento de um grande número de civis, e com o destino dos desaparecidos;

- Preocupada, ademais, com o facto de que este incidente ocorreu no contexto de uma situação dos direitos humanos que está a deteriorar-se, em Timor-Leste, incluindo execuções extrajudiciais, prisões arbitrárias, maus tratos, desaparecimentos e prisões políticas;

- Tomando em conta a acção inicial do Governo indonésio de constituir uma comissão nacional de inquérito para investigar essa violência e o relatório preliminar da mesma, já tornado público;

- Saudando a pronta resposta do Governo indonésio a esse relatório e o anúncio de medidas sobre essa matéria, em especial a reprovação das acções das forças armadas, a decisão de demitir os dois comandantes superiores responsáveis por Timor-Leste e proceder a investigações mais fundas sobre as acções das forças armadas em 12 de Novembro e sobre o destino dos desaparecidos, a fim de esclarecer as restantes discrepâncias, nomeadamente o número de pessoas mortas e o curso dos acontecimentos, e levar a julgamento os responsáveis pelo tiroteio;

- Tendo presente neste contexto os princípios sobre a efectiva prevenção e investigação de execuções extrajudiciais, arbitrárias e sumárias, sancionados pela Resolução 44/162 da Assembleia Geral;

- Recordando resoluções relevantes das Nações Unidas respeitantes a Timor-Leste:

1. Condena a acção injustificável das forças armadas da Indonésia que custou a vida de muitos cidadãos inocentes e indefesos em Timor-Leste;

2. Expressa a sua profunda preocupação perante os relatos de contínuas violações dos direitos humanos;

3. Insta o Governo indonésio a proceder a uma investigação exaustiva sobre as acções de membros das suas forças armadas a todos os níveis e a assumir um compromisso claro de que serão levados a julgamento aqueles que forem considerados responsáveis;

4. Apela às autoridades indonésias para que garantam que todos os timorenses detidos por ocasião do tiroteio de Díli serão tratados com humanidade, que aqueles que não estiveram envolvidos em actividades violentas serão libertados sem demora e que aqueles que forem levados a tribunal têm a garantia de representação legal adequada e um julgamento justo;

5. Sauda a nomeação, pelo secretário-geral, do Sr. Amos Wako como enviado pessoal, a fim de conseguir o esclarecimento dos trágicos acontecimentos que ocorreram em Díli, Timor-Leste, a 12 de Novembro de 1991, e o facto de as autoridades indonésias se disporem a cooperar plenamente com ele;

6. Solicita que o secretário-geral continue a acompanhar de perto a evolução da situação dos direitos humanos em Timor-Leste e mantenha a Comissão informada do mesmo;

7. Recomenda o relatório do relator especial sobre tortura na sua visita a Timor-Leste e insta o Governo indonésio a aplicar as suas recomendações e a manter a Comissão informada sobre os progressos feitos no sentido da sua aplicação;

8. Insta o secretário-geral a continuar os seus bons-ofícios, conforme foi mandatado pela Resolução 37/30, de 23 de Novembro de 1982, da Assembleia Geral, com vista a explorar vias para atingir uma solução justa, ampla e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste, com pleno respeito dos legítimos interesses e aspirações dos timorenses, na linha das intenções e princípios da Carta das Nações Unidas;

9. Apela ao Governo indonésio para que permita o acesso ao território de Timor-leste de todas as organizações internacionais de direitos humanos;

10. Decide ponderar a situação em Timor-Leste na sua 49ª sessão.

[Os parágrafos a negro são os que a Indonésia e a Austrália tentam eliminar.]

[PÚBLICO, 23 Fev. 1992]

DECLARAÇÃO DE GENEVRA

"1. A Comissão dos Direitos Humanos encara com certas preocupações a situação dos direitos humanos em Timor-Leste e lamenta energicamente o violento incidente em Díli, a 12 de Novembro de 1991, que resultou na perda de vidas e em ferimentos para grande número de civis e em muitos desaparecidos.

"2. A Comissão aprova a pronta atitude do Governo indonésio ao nomear uma comissão nacional de inquérito e a rápida resposta proporcionada pelo relatório preliminar das mais altas autoridades indonésias; expressa a sua esperança de que, de acordo com o que foi anunciado pelo Governo indonésio, sejam levadas avante as investigações sobre a acção das forças de segurança em 12 de Novembro de 1991 e sobre o destino dos desaparecidos, de modo a clarificar as discrepâncias que ainda persistem, nomeadamente quanto ao número de pessoas mortas e de pessoas desaparecidas.

"3. A Comissão congratula-se com o recente anúncio, pelas autoridades indonésias, de medidas disciplinares e de processos nos tribunais militares em relação a alguns membros das suas forças armadas e insiste junto do Governo indonésio no sentido de serem levados a julgamento e punidos todos aqueles que forem considerados responsáveis. Além disso, a Comissão apela às autoridades indonésias no sentido de que elas garantam que todos os civis presos nessa ocasião sejam tratados com humanidade, que a todos os que forem presentes a tribunal seja garantida uma adequada representação legal, um julgamento justo, e que todos os que não tenham estado envolvidos em actividades violentas sejam libertados sem demora.

"4. A Comissão aprova a escolha do sr. Amos Wako para, na condição de enviado pessoal do secretário-geral das Nações Unidas, obter uma clarificação dos trágicos acontecimentos de 12 de Novembro de 1991, na expectativa de que as autoridades indonésias colaborem totalmente com ele. A Comissão expressa o seu apoio à continuação dos esforços do secretário-geral [da ONU] no sentido de se alcançar uma posição justa, abrangente e internacionalmente aceitável sobre a questão de Timor-Leste.

"5. A Comissão apela ao Governo da Indonésia no sentido de que este faça progredir a situação dos direitos humanos em Timor-Leste; louva o relatório intitulado "Visita do Enviado Especial à Indonésia e a Timor-Leste" do seu relator especial sobre tortura na sequência da sua visita a convite do Governo indonésio; insiste com as autoridades indonésias para que tomem as medidas necessárias para implementar as suas recomendações e aguarda um posterior relatório sobre esta matéria; apela ao Governo indonésio no sentido de este facultar o acesso a Timor-Leste de outras organizações

humanitárias e de direitos humanos ; e solicita ao secretário-geral que continue a acompanhar de perto a situação dos direitos humanos em Timor-Leste e a informar esta Comissão para a sua 49ª sessão.

"6. Esta declaração será incluída "verbatim" no relatório da 48ª sessão desta Comissão."

[PÚBLICO, 5 Março 1992]

RESOLUÇÕES DA ONU CONDENANDO OCUPAÇÃO DE TIMOR PELA INDONÉSIA

Foram 10 as resoluções aprovadas pelo Conselho Segurança ou pela Assembleia Geral da ONU desde 1975

12 DEZEMBRO 1975

Assembleia Geral: Define o direito inalienável de Timor à autodeterminação, liberdade e independência; apela ao diálogo entre Portugal e os partidos políticos representativos do povo timorense; deplora a intervenção militar indonésia; reclama da Indonésia o fim da violação do território de Timor e a retirada das tropas; pede a intervenção do Conselho de Segurança

22 DEZEMBRO 1975

Conselho de Segurança: Exige respeito pela integridade do território e pelo direito à autodeterminação e independência; exige retirada imediata das tropas indonésias; atribui poderes de verificação ao secretário-geral da ONU

22 ABRIL 1976

Conselho de Segurança: Mantém o texto da resolução anterior

1 DEZEMBRO 1976

Assembleia Geral: Reafirma os princípios das resoluções anteriores; deplora veementemente a recusa indonésia em cumprir as resoluções; rejeita a integração de Timor na Indonésia; insiste na retirada das tropas indonésias

28 NOVEMBRO 1977

Assembleia Geral: Mantém o teor da resolução anterior e manda o secretário-geral para estabelecer contacto com Fretilin e o Governo de Jacarta, para preparar uma visita da Comissão Especial

13 DEZEMBRO 1978

Assembleia Geral: Mantém o teor das resoluções anteriores e chama a atenção do Conselho de Segurança para a situação crítica no território de Timor-Leste, recomendando passos efectivos para o cumprimento das resoluções.

21 NOVEMBRO 1979

Assembleia Geral: Reafirma as resoluções anteriores e o direito inalienável de Timor à autodeterminação e independência; manifesta a sua preocupação profunda pelo sofrimento do povo timorense; solicita intervenção de apoio à UNICEF e Alto Comissariado para os Refugiados

11 NOVEMBRO 1980

Assembleia Geral: Sauda as iniciativas diplomáticas portuguesas para uma solução do conflito e reafirma as resoluções anteriores; manifesta preocupação profunda pelo sofrimento do povo timorense; apela à UNICEF, Alto Comissariado para os Refugiados e Programa Mundial de Alimentação

24 NOVEMBRO 1981

Assembleia Geral: Volta a saudar as iniciativas diplomáticas portuguesas; regista com satisfação a ajuda humanitária prestada ao povo de Timor; reafirma as resoluções anteriores

23 NOVEMBRO 1982

Assembleia Geral: Mantém o teor das resoluções anteriores; solicita ao secretário-geral que inicie consultas com as partes interessadas; apela à intervenção de organizações e agências humanitárias.

[DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22.05.91]

CRONOLOGIA DO DIALOGO ENTRE PORTUGAL E INDONÉSIA

1975

Julho: Presidente indonésio, Suharto, considera independência timorense irrealista. Argumentos: inviabilidade económica e ditames da "Hankamrata" indonésia (Doutrina de segurança nacional).

Outubro: Exército indonésio invade Timor. Portugal rompe relações diplomáticas com Jacarta.

1976

Julho: Assembleia Popular de Timor-Leste "solicita" integração na Indonésia. Território torna-se a 27ª província da Indonésia.

Dezembro: ONU exige autodeterminação de Timor-Leste.

1977

Fevereiro: Relatório denuncia violações dos direitos humanos em Timor-Leste.

1978

Janeiro: Austrália reconhece anexação de Timor.

1979

Outubro: Cruz Vermelha lança programas de auxílio ao povo maubere.

Novembro: Nova resolução da ONU.

1981

Abril: Nova ofensiva militar indonésia em Timor.

Outubro: ONU discute Timor-Leste.

1982

Abril: Regresso da Cruz Vermelha ao território de Timor.

Novembro: Perez de Cuellar procura solução para Timor,

promovendo o diálogo entre os estados directamente envolvidos.

1983

Fevereiro: Comissão dos Direitos Humanos da ONU condena acção indonésia.

Abril: Fretilin propõe conversações tripartidas, com mediação de Perez de Cuellar.

Setembro: Nova ofensiva do exército indonésio a Timor. ONU adia exame da questão.

1984

Fevereiro: Indonésia "chumbada" pela Comissão dos Direitos Humanos.

Outubro: Exército indonésio falha objectivos de nova ofensiva sobre rebeldes de Fretilin.

Dezembro: Lisboa e Jacarta iniciam negociações com mediação do secretário-geral da ONU.

1985

Fevereiro: Chefes de Estado dos PALOP exprimem apoio à causa timorense.

Abril: Governo britânico preocupado com situação em Timor.

Junho: Parlamento Europeu, CEE e Austrália exigem presença de representantes mauberes nas negociações a decorrer em Nova Iorque.

1986

Maior: Austrália adverte Indonésia contra abusos em Timor-Leste. Motivo: acusações de cumplicidade com Suharto.

Agosto: Indonésia recusa debate sobre Timor na ONU. Jacarta considera-o um assunto interno.

Setembro: Nações Unidas adiam debate sobre Timor. Razão: Cuellar não entregara o seu relatório à Assembleia Geral.

1987

Setembro: MNE indonésio, Ali Alatas, disposto a reatar relações diplomáticas com Lisboa.

Outubro: Assembleia ACP/CEE apoia causa timorense.

1988

Fevereiro: Debate na ONU, Indonésia considera decidida opção maubere. Embaixador português naquela organização, Costa Lobo, exige cumprimento das resoluções sobre Timor-Leste.

Março: Parlamento indonésio convida deputados portugueses a visitar a Indonésia. Deslocação a Timor sujeita a negociações. MNE indonésio, Ali Alatas, considera anexação facto consumado.

Agosto: Portugal nega ter pretensões territoriais sobre Timor.

1989

Março: Jacarta defende discussão sobre território maubere.

Julho: Decidida visita de delegação parlamentar portuguesa ao território.

Outubro: Em Timor, o Papa não menciona ocupação indonésia. Manifestação portuguesa brutalmente esmagada.

Dezembro: Celebrado acordo entre Indonésia e Austrália para exploração de petróleo em Timor. Portugal apresenta queixa no Tribunal Internacional de Haia.

1990

Janeiro: EUA e Inglaterra pressionam Suharto. Fretilin denuncia execuções.

[SEMANARIO, 28.09.91]

ASSISTÊNCIA MILITAR NORTE-AMERICANA A INDONÉSIA

A assistência militar norte-americana à Indonésia realiza-se por quatro canais:

- 1) Programa de Assistência Militar (Military Assistance Program, MAP), que consiste em doações de armas e de munições, treino e apoio técnico.
- 2) As Vendas Militares ao Exterior (Foreign Military Sales, FMS), que proporciona o mesmo equipamento que o MAP, mas com pagamento "cash" ou com créditos obtidos através de um programa especial de financiamento.
- 3) Programa de Treino e Educação Militar Internacional (International Military Education and Training Program, IMET).
- 4) Vendas Comerciais, realizadas através dos canais comerciais regulares.

Algumas estimativas avaliam que, no período que vai da invasão de Timor-Leste até 1983, os Estados Unidos facturaram na soma destas quatro modalidades o módico valor de 506 milhões de dólares.

[SEMANARIO, 16.11.91]

**"LOBBIES" INDONÉSIOS
SILENCIAM GENOCÍDIO DE TIMOR-LESTE**

1 - O Vaticano continua silenciosamente do lado de Jacarta, apesar das repetidas violências perpetradas pelas forças indonésias nas igrejas de Timor.

2 - Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha voltaram a reconhecer em pleno mês de Outubro de 91 (no auge da crise da visita parlamentar) a anexação de Timor como um facto adquirido (recorde-se que Ford e Kissinger estavam em Jacarta em 1975, dois dias antes da invasão, e apoiaram-na num contexto que era ainda o da luta feroz entre os dois blocos).

3 - A Indonésia é o país com maior população muçulmana do planeta e encontra apoios sensíveis em todos os países por onde se estende o Islão. (O próprio Raffendir Ahmed, subsecretário-geral da ONU, nomeado por Cuellar para mediar as negociações entre Lisboa e Jacarta, chegou a ser suspeito de parcialidade por razões religiosas).

4 - Com uma posição de destaque no bloco dos Países Não Alinhados, a Indonésia prepara-se para concorrer para a presidência do grupo. O seu ascendente sobre os Não Alinhados pode ser decisivo se a questão de Timor voltar a ser votada na Assembleia Geral da ONU.

5 - Os contratos de exploração do petróleo na costa de Timor-Leste, que atingem somas fabulosas, beneficiam empresas de uma série de países desenvolvidos.

[SEMANARIO, 9.11.91]

OITO PROTAGONISTAS

EMBAIXADOR QUARTIM SANTOS

Diplomata-mor do caso Timor, subdirector geral do MNE, é o protagonista das negociações com a Indonésia na ONU. Avaro de comentários, sempre acreditou que o secretismo era necessário para uma evolução positiva dos acontecimentos.

SOUSA LARA

Deputado social-democrata, presidente da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

RAMOS HORTA

Fugiu de Timor depois da invasão indonésia e do período de terror. Tornou-se um dos primeiros protagonistas da causa timorense em Portugal e nas Nações Unidas. Agora, quem representa oficialmente a resistência no exterior é Abílio Araújo.

MONSENHOR XIMENES BELO

Bispo de Díli. Figura de oposição ao regime indonésio, defende a autodeterminação do território, mas não agrada muito à resistência por aceitar compromissos com o Vaticano e com o governador Mário Carrascalão. Não conseguiu fazer com que o Papa tomasse o partido da causa timorense.

ALI ALATAS

Ministro dos Negócios Estrangeiros de Jacarta, defensor dos pontos de vista de um Estado autoritário proclama o carácter definitivo da "integração" de Timor-Leste na Indonésia.

MARIO CARRASCALÃO

Governador de Timor-Leste, ex-membro da União Democrática Timorense, tornou-se um homem do regime de Jacarta. O presidente Suharto deposita nele bastante confiança.

XANANA GUSMÃO

Líder da Fretilin, luta há décadas pelo direito à autodeterminação do povo maubere. Não hesitou em criticar as autoridades de Lisboa, primeiro pela sua passividade e agora

por não incluir representantes mauberes nas conversações com a Indonésia.

SUHARTO

Presidente incontestado da Indonésia há 25 anos, chefia o partido Golkar, no poder. Considerou, desde sempre, que Timor-Leste não reunia condições para ser um Estado independente. Invocando um presumível vazio de poder naquele território, ordenou a invasão de Timor-Leste, meses depois de os portugueses se terem de lá retirado.

Fonte: Semanário, 28.09.91

**MASSACRE DE 12 DE NOVEMBRO EM DÍLI
TESTEMUNHAS OCULARES**

CHRIS WENNER, jornalista britânico, filmou o massacre do cemitério de Santa Cruz para a Yorkshire Television. Por razões de segurança utilizava o pseudónimo **MAX STAHL**.

Escondido, durante dez minutos, entre as sepulturas do cemitério, este jornalista manteve a sua câmara a filmar, no meio da fuzilaria do exército indonésio. Conseguiu enterrar as cassettes numa campa antes de ser levado pela polícia. Quando foi solto, regressou ao cemitério e recuperou as cassettes. São essas as imagens do massacre de Timor que o mundo verá pela televisão.

[Texto: GRANDE REPORTAGEM, Janeiro 1992]

STEVE COX, repórter fotográfico britânico, "freelancer", encontrava-se no cemitério de Santa Cruz no dia 12 de Novembro. Abrigado na capela do cemitério, assistiu a tudo.

[Texto: O INDEPENDENTE, 22 Novembro 1991]

RENATO STEFANI, padre italiano, ligado à Comissão de Justiça e Paz do Japão, gravou três vídeos no cemitério de Santa Cruz, uma hora após o massacre.

[Texto: EXPRESSO, 16 Novembro 1991]

AMY GOODMAN, jornalista norte-americana da estação de rádio WBAI, e **ALLAN NAIRN**, também jornalista e norte-americano, da revista New Yorker, viram tudo, foram brutalmente agredidos pelas tropas indonésias durante o massacre e foi-lhes confiscado todo o material fotográfico.

[Texto: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 Novembro 1991]
[A CAPITAL, 13 Novembro 1991]

DECLARAÇÃO DO GOVERNO SOBRE MISSÃO PAZ EM TIMOR

1. Fazendo-se eco dos sentimentos dos portugueses, o Governo exprime a sua indignação e a sua preocupação pelo facto de, segundo informações recebidas, a Marinha de Guerra indonésia ter acabado de interceptar o "Lusitânia Expresso" impedindo-o de entrar nas águas territoriais de Timor-Leste e fazendo-o retroceder.

2. Nos termos de resoluções aprovadas pelas Nações Unidas, Timor-Leste é um território não autónomo sob administração portuguesa, pelo que a acção da Marinha indonésia é ilegítima à face do direito internacional. A Indonésia infringiu, além disso, o direito de passagem que sempre assistiria ao "LUSITÂNIA EXPRESSO", nos termos do Direito Internacional, independentemente de questões relativas à soberania sobre as águas territoriais de Timor.

3. Como é sabido, o Governo português foi alheio à viagem do "LUSITÂNIA EXPRESSO", como foi desejo dos seus animadores, e também porque tal tipo de acções não se enquadra nos esforços políticos e diplomáticos que o Governo desenvolve na defesa dos legítimos direitos do povo de Timor-Leste.

4. O Governo exprimiu, oportunamente, o seu apreço pela generosidade de tal iniciativa e realçou o seu significado moral, chamando mais uma vez a atenção da comunidade internacional para o drama vivido em Timor-Leste. Deu ainda instruções às representações diplomáticas e consulares portuguesas na região, nomeadamente na Austrália, para acompanharem de perto o desenrolar dos acontecimentos, a fim de assegurarem protecção e defesa dos direitos dos portugueses.

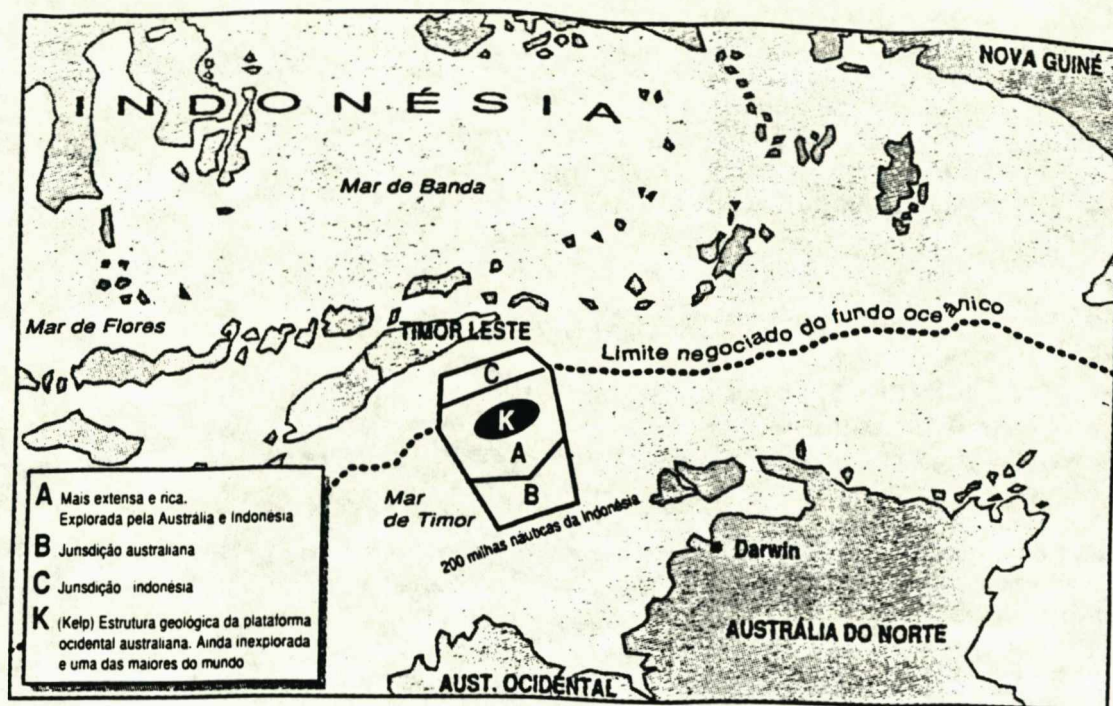
5. A atitude da Indonésia deve ser energeticamente condenada pela comunidade internacional já que impediu pela força a passagem de um navio pacífico, transportando civis desarmados de várias nacionalidades, que apenas pretendiam demonstrar a sua solidariedade para com as vítimas dum massacre que as próprias autoridades indonésias dizem lamentar. O Governo português chama mais uma vez a atenção para a gravidade da situação prevalecente em Timor-Leste, que a Indonésia foi aliás recentemente forçada a reconhecer na Comissão dos Direitos do Homem na ONU.

6. A "Missão Paz em Timor" constitui mais um significativo alerta para a necessidade de conseguir, para Timor-Leste, uma solução justa, com pleno respeito pelos legítimos direitos do seu povo e em conformidade com os princípios da carta das Nações Unidas e do Direito Internacional.

O Governo português reafirma a sua disponibilidade para, sob os auspícios do secretário-geral das Nações Unidas e sem

condições prévias, participar num diálogo com a Indonésia e com todas as partes directamente interessadas na questão de Timor-Leste, com vista a obter uma tal solução, em conformidade com a proposta apresentada em 24 de Janeiro ao secretário-geral da ONU.

[MNE]



EMPRESAS DA CEE E DOS EUA NA CORRIDA AO PETRÓLEO DE TIMOR

A existência em Timor de cobre, ouro, gás natural é um dado há muito adquirido. Há quem recorde as chamas eternas de petróleo, a saírem da terra, acesas por meios naturais. E quem, entre os timorenses mais endinheirados, conserve ainda acções da Timor Oil, constituída em 1956.

Remontam ao início da década de 70 as primeiras conversações para a partilha dos recursos do mar de Timor, entre a Indonésia e a Austrália. Um acordo assinado em 1972 delimitou as fronteiras marítimas entre os dois países. Timor constituía então, porém, uma parcela do império português, e os negociadores, reverentes, deixaram de fora uma área de cerca de 250 quilómetros, pertencente à província.

Em 1978, três anos após a invasão do território, a Austrália reconheceu a anexação indonésia. Camberra e Jacarta reatam de imediato as negociações. A descoberta, em fins de 1983, pela maior companhia australiana de petróleos, a BHP, do poço de Jabiru (250 milhões de barris) levou o governo de Bob Hawke a apressar as negociações. Lisboa - era então MNE Jaime Gama - divulga uma nota de protesto, manifestando "estranheza" perante a intenção do Governo australiano "em negociar a exploração dos recursos de um território de que Portugal é potência administrante, reconhecida internacionalmente".

A área em disputa estende-se por cerca de 61 mil quilómetros quadrados e divide-se em três faixas: duas mais pequenas, controladas por cada um dos países; e a faixa do meio, a maior e com mais potencialidades, administrada conjuntamente pelos governos australiano e indonésio. Sob o mar, numa área equivalente a dois terços de Portugal, reservas de petróleo e gás natural indicadas pelos peritos como "das mais excitantes zonas de prospecção".

CANDIDATOS A EXPLORAÇÃO DO TIMOR-GAP

ROYAL Dutch/Shell Group - "joint-venture" britânica e holandesa, a maior empresa petrolífera mundial e a segunda da lista da revista "Fortune" para as 500 maiores empresas do mundo.

Chevron Co. - Norte-americana, sétima petrolífera mundial, vigésima terceira na lista da "Fortune". Actividades em 98 países, do Canadá a Espanha, de Angola à Papua, Nova Guiné.

BHP Petroleum - australiana, pertence à Broken Hill Pty Co. Ltd., a maior empresa do país. Iniciou em 1983 a exploração no mar de Timor, onde mantém actualmente três poços e extrai cem mil barris por dia.

Woodside Petroleum Ltd. - subsidiária da anterior.

Santos Ltd. - das maiores empresas petrolíferas da Austrália, com sede em Adelaide, no Sudoeste do país e uma das que, juntamente com a BHP, maiores interesses possui no mar de Timor.

Nippon Oil - japonesa, septuagésima nona na lista das 500 maiores empresas do mundo, décima oitava entre as petrolíferas.

Phillips Petroleum - norte-americana, com subsidiárias na Noruega e no Reino Unido, entre outras. Décima nona empresa petrolífera mundial.

Marathon Oil Co. - norte-americana com subsidiárias e associadas na Grã-Bretanha, Brasil, Egipto, Indonésia e Austrália, entre outros países. Pertence à USX Co.

Sagasco - empresa com sede também em Adelaide, no Sudoeste australiano, com interesses na Papua, Nova Guiné. Subsidiária da Sagasco Holdings Ltd.

Petroz NL - australiana, subsidiária da produtora de gás AGL, também australiana.

Enterprise Oil PLC - britânica, com interesses em mais de uma dúzia de países, entre os quais Itália, Noruega, Vietname e Indonésia.

Western Mining Co. - australiana.

[PÚBLICO, 12 Dezembro 1991]

FONTES:

Jornais Diários e Semanários

GRANDE REPORTAGEM, Janeiro 1992

"TIMOR-LESTE, TERRA DE ESPERANÇA", II JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO (De 28 de Abril a 1 de Maio de 1990), coord. A.Barbedo de Magalhães, Reitoria da Universidade do Porto, Setembro de 1990

SESSÃO SOBRE TIMOR-LESTE, LISBOA 19/21 JUNHO 81.
SENTENÇA, Tribunal Permanente dos Povos, Lisboa,
ed. Comissão para os Direitos do Povo Maubere, s/d